

# **PetroRecôncavo S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2020 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
PetroRecôncavo S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PetroRecôncavo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PetroRecôncavo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## *Reconhecimento de receita*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.15 e nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita líquida da Companhia e de suas controladas consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas contabilizaram receita líquida no montante de R\$787.841 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita de venda sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas, considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## **Ênfases**

### *Concentração das receitas em um único cliente*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais mencionam que, em decorrência das características das operações da Companhia e de suas controladas, elas concentram suas receitas em um único cliente, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem levar em consideração essas circunstâncias.

### *Reapresentação de informações financeiras comparativas*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, decidiu reapresentar as informações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, apresentadas para fins de comparação, para incluir a demonstração do valor adicionado (“DVA”), informação por segmento, bem como efetuou reclassificações de determinadas contas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e o IAS 8 - “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors”, sem modificação do resultado do exercício e do patrimônio líquido de 2019 e de 2018. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

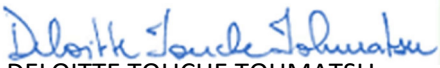
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 25 de fevereiro de 2021

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

  
Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

PETROBRÉCÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018			
<b>CIRCULANTE</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.663	19.977	17.180	30.861	56.265	20.027	CIRCULANTE	10	49.022	24.438	32.514	80.089	42.515	32.540
Aplicação financeira	4	9.993	-	-	66.414	45	-	Fornecedores		12.002	13.061	11.018	16.065	13.839	11.142
Contas a receber de clientes	5	52.578	43.203	37.648	108.733	78.610	38.259	Salários e encargos sociais		14.083	8.039	6.835	22.762	16.541	6.830
Estoques		127	-	-	1.211	480	100	Tributos a recolher		1.355	1.355	1.183	212.931	35.320	1.183
Dividendos a receber	17	304	2.948	-	-	-	-	Valores a pagar de arrendamentos	23	5.995	10.062	509	15.241	15.061	509
Impostos a recuperar	6	13.457	13.630	19.768	22.433	14.775	20.033	Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	-	-	1.042	-
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	-	80.506	693	-	Dividendos a pagar	16 f	2	12.896	2	2	12.896	2
Outros ativos		11.161	3.039	571	12.826	1.467	465	Provisão para abandono de poços	14	-	-	-	6.301	4.489	-
Total dos ativos circulantes		99.283	82.797	75.167	322.984	152.335	78.884	Outras contas a pagar		1.168	388	17	1.170	390	21
								Total dos passivos circulantes		83.627	70.239	52.068	354.561	142.193	52.227
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Aplicações financeiras	4	-	1.191	3.277	68.597	10.137	3.277	Empréstimos e financiamentos	11	1.379	2.908	4.308	681.109	708.699	4.308
Partes relacionadas	17	20.460	7.154	5.461	-	-	-	Valores a pagar de arrendamentos	23	5.100	15.318	834	7.646	11.067	834
Impostos a recuperar	6	14	14	2.688	562	422	3.096	Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	-	17.886	6.079	-
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	-	56.576	1.288	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	1.701	13.899	-	5.815	13.926
Depósitos judiciais	7	2.237	2.052	1.988	2.311	2.126	2.062	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13	4.965	2.777	1.884	4.965	2.777	2.105
Outros ativos		475	2.125	619	475	383	404	Provisão para abandono de poços	14	10.914	10.582	9.623	33.810	25.493	10.902
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.482	-	-	3.070	-	-	Total dos passivos não circulantes		22.358	33.286	30.548	745.416	759.930	32.075
Investimentos	8	560.003	553.797	19.482	-	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16						
Imobilizado	9	386.092	385.099	394.154	1.599.890	1.665.535	416.628	Capital social		674.941	669.295	211.408	674.941	669.295	211.408
Direito de uso em arrendamento	23	10.528	26.889	-	20.680	27.596	-	Reserva de capital		31.158	31.158	31.031	31.158	31.158	31.031
Intangível		4.607	3.344	1.381	5.028	4.098	1.552	Reservas de lucros		160.945	229.090	179.162	160.945	229.950	179.162
Total dos ativos não circulantes		986.898	981.665	429.050	1.757.189	1.711.585	427.019	Ajustes de avaliação patrimonial		78.671	(3.391)	-	78.671	(3.391)	-
								Transação de capital		34.481	34.481	-	34.481	34.481	-
								Adiantamento para futuro aumento de capital		-	304	-	-	304	-
								Total do patrimônio líquido		980.196	960.937	421.601	980.196	961.797	421.601
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.086.181</b>	<b>1.064.462</b>	<b>504.217</b>	<b>2.080.173</b>	<b>1.863.920</b>	<b>505.903</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.086.181</b>	<b>1.064.462</b>	<b>504.217</b>	<b>2.080.173</b>	<b>1.863.920</b>	<b>505.903</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	19	264.291	305.889	290.885	787.841	339.923	299.668
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	20	(214.636)	(229.910)	(185.736)	(510.600)	(253.367)	(187.387)
LUCRO BRUTO		<u>49.655</u>	<u>75.979</u>	<u>105.149</u>	<u>277.241</u>	<u>86.556</u>	<u>112.281</u>
RECEITAS (DESPESAS)							
Gerais e administrativas	20	(37.428)	(28.064)	(23.593)	(47.486)	(31.525)	(24.763)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	6.794	5.432	2.302	2.065	5.415	2.070
Resultado de participações societárias	8	(78.500)	15.472	4.284	-	-	-
Total		<u>(109.134)</u>	<u>(7.160)</u>	<u>(17.007)</u>	<u>(45.421)</u>	<u>(26.110)</u>	<u>(22.693)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>(59.479)</u>	<u>68.819</u>	<u>88.142</u>	<u>231.820</u>	<u>60.446</u>	<u>89.588</u>
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas financeiras	21	271	1.801	3.228	789	1.785	2.920
Despesas financeiras	21	(5.505)	(4.805)	(3.337)	(117.162)	(9.685)	(3.569)
Variação cambial, líquida	21	(5.090)	(824)	287	(233.084)	19.292	(245)
		<u>(10.324)</u>	<u>(3.828)</u>	<u>178</u>	<u>(349.457)</u>	<u>11.392</u>	<u>(894)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		<u>(69.803)</u>	<u>64.991</u>	<u>88.320</u>	<u>(117.637)</u>	<u>71.838</u>	<u>88.694</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Corrente		(15.279)	(22.472)	(34.635)	(15.281)	(22.793)	(35.290)
Diferido		4.183	12.198	1.989	51.159	6.363	1.904
Redução - incentivo fiscal		-	8.105	17.275	-	8.274	17.641
	12	<u>(11.096)</u>	<u>(2.169)</u>	<u>(15.371)</u>	<u>35.878</u>	<u>(8.156)</u>	<u>(15.745)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(80.899)</u>	<u>62.822</u>	<u>72.949</u>	<u>(81.759)</u>	<u>63.682</u>	<u>72.949</u>
Lucro básico por ação ordinária e preferencial - R\$	16.e	<u>(0,9657)</u>	<u>1,1811</u>	<u>1,5472</u>			
Lucro diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	16.e	<u>(0,9589)</u>	<u>1,1678</u>	<u>1,5276</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(80.899)	62.822	72.949	(81.759)	63.682	72.949
Instrumentos financeiros de proteção	15	-	(5.140)	-	124.336	(5.140)	-
Efeito de impostos sobre instrumentos financeiros		-	1.749	-	(42.274)	1.749	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>(80.899)</u>	<u>59.431</u>	<u>72.949</u>	<u>303</u>	<u>60.291</u>	<u>72.949</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido da controladora	Conciliação	Total do Patrimônio líquido consolidado
		Incentivo fiscal de redução de imposto de renda	Ações e opções de compra de ações outorgadas	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para reinvestimento	"Hedge accounting" de fluxo de caixa	Transação de capital					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	209.835	18.501	12.038	16.399	11.043	111.979	-	-	-	-	379.795	-	379.795
Aumento de capital social	1.573	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.573	-	1.573
Plano de pagamento baseado em ações	-	-	492	-	-	-	-	-	-	-	492	-	492
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.949	72.949	-	72.949
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.647	-	-	-	-	-	(3.647)	-	-	-
Constituição de reserva de redução de imposto de renda	-	-	-	-	17.275	-	-	-	-	(17.275)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios antecipados durante o exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.007)	(13.007)	-	(13.007)
Dividendos adicionais aprovados e pagos	-	-	-	-	-	(20.201)	-	-	-	-	(20.201)	-	(20.201)
Formação de reserva	-	-	-	-	-	39.020	-	-	-	(39.020)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	211.408	18.501	12.530	20.046	28.318	130.798	-	-	-	-	421.601	-	421.601
Aumento de capital social	16.a	492.368	-	-	-	-	-	-	-	-	492.368	-	492.368
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	304	-	304	-	304
Plano de pagamento baseado em ações	16.g	-	-	127	-	-	-	-	-	-	127	-	127
Outros resultados abrangentes	15.a	-	-	-	-	-	54.234	-	-	-	54.234	-	54.234
Cisão parcial	16.h	(34.481)	-	-	-	-	(54.234)	-	-	-	(88.715)	-	(88.715)
Transação de capital	16.h, 8(i)	-	-	-	-	-	54.234	34.481	-	-	88.715	-	88.715
Ajuste de avaliação patrimonial de controlada	8 (i)	-	-	-	-	-	(57.625)	-	-	-	(57.625)	-	(57.625)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.822	62.822	860	63.682
Constituição de reserva legal	16.d	-	-	-	3.141	-	-	-	-	(3.141)	-	-	-
Constituição de reserva de redução de imposto de renda	16.b	-	-	-	-	8.105	-	-	-	(8.105)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.f	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.894)	(12.894)	-	(12.894)
Formação de reserva	16.c	-	-	-	-	-	38.682	-	-	(38.682)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	669.295	18.501	12.657	23.187	36.423	169.480	(3.391)	34.481	304	-	960.937	860	961.797
Aumento de capital social	16.a	5.342	-	-	-	-	-	-	-	-	5.342	-	5.342
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	304	-	-	-	-	-	-	(304)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial de controlada	8 (i)	-	-	-	-	-	82.062	-	-	-	82.062	-	82.062
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.899)	(80.899)	(860)	(81.759)
Recuperação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)	(140)	-	(140)
Cancelamento de dividendos	16.f	-	-	-	-	-	-	-	-	12.894	12.894	-	12.894
Absorção de prejuízo	16.c	-	-	-	-	-	(68.145)	-	-	68.145	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	674.941	18.501	12.657	23.187	36.423	101.335	78.671	34.481	-	-	980.196	-	980.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>							
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro		(69.803)	64.991	88.320	(117.637)	71.838	88.694
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:							
Juros e variações cambiais líquidas		302	368	(530)	305.886	(14.854)	992
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	-	(199)	(25)	(336)
Juros e variações cambiais sobre arrendamento mercantil		6.991	1.451	-	8.871	1.194	-
Depreciação e depleção do imobilizado	9	76.255	77.388	59.062	217.795	88.668	61.819
Amortização do intangível		760	454	485	753	485	485
Depreciação de direito de uso	23	11.280	10.943	-	24.037	6.258	-
Amortização do custo de aquisição de empréstimo	11	-	-	-	16.848	1.393	-
Constituição (reversão) de perda estimada na recuperação de imobilizado	9	(1.691)	1.691	-	(1.691)	1.691	(71)
Provisão (reversão) para perda em estoques		-	-	-	5.342	71	(118)
Equivalência patrimonial	8, 20	78.500	(15.472)	(4.284)	-	-	-
Provisão e reversões líquidas para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	13.1	2.188	893	196	2.188	672	207
Pagamento baseado em ações e opções		5.342	127	1.887	-	127	1.887
Atualização da provisão para abandono de poços	14	1.740	1.109	1.323	5.480	1.254	1.501
Reversão para provisão de abandono de poços	14	(1.408)	(150)	(1.876)	(1.975)	(243)	(2.027)
Baixa de imobilizado e arrendamentos mercantis		39.904	7.192	680	81.277	8.037	1.688
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS</b>							
Contas a receber de clientes		(9.375)	(5.555)	(8.880)	(30.123)	(40.351)	(9.067)
Estoques		(127)	-	-	(731)	(451)	297
Impostos a recuperar		173	8.812	43	(7.798)	7.932	(55)
Depósitos judiciais		(185)	(64)	(31)	(185)	(64)	(32)
Outros ativos		(6.472)	(8.458)	1.314	(11.451)	(981)	438
<b>VARIAÇÕES NOS PASSIVOS</b>							
Fornecedores		24.584	(8.076)	14.757	37.574	9.975	14.697
Salários e encargos sociais		(1.059)	2.043	3.956	2.226	2.697	4.000
Impostos a recolher		(9.101)	(13.153)	(11.462)	(7.736)	(4.708)	(11.860)
Abandono de poços		-	-	-	-	-	(116)
Outras contas a pagar		780	1.012	(7)	780	593	(25)
Juros pagos		(308)	(464)	(682)	(67.929)	(464)	(682)
Juros de arrendamento mercantil pago	23	(2.124)	(1.451)	-	(4.079)	(1.194)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(135)	-	(552)	(1.424)	-	(552)
<b>CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>147.011</b>	<b>125.631</b>	<b>143.719</b>	<b>456.099</b>	<b>139.550</b>	<b>151.764</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>							
Empréstimos para partes relacionadas		(13.306)	3.051	778	-	-	-
(Aplicações) resgates de aplicações financeiras		(8.802)	2.086	549	(124.829)	(6.905)	549
Adições ao imobilizado	9, 26	(117.230)	(80.964)	(107.250)	(225.996)	(1.332.983)	(112.663)
Dividendos recebidos	8	-	-	1.000	-	-	-
Adições ao intangível		(1.618)	(652)	(300)	(1.559)	(1.266)	(472)
Aumento de capital social em controladas	8	-	(525.182)	-	-	-	-
<b>CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(140.956)</b>	<b>(601.661)</b>	<b>(105.223)</b>	<b>(352.384)</b>	<b>(1.341.154)</b>	<b>(112.586)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>							
Captação de financiamento	12	-	-	-	-	807.160	-
Pagamentos de financiamentos	12	(1.522)	(1.393)	(1.117)	(104.585)	(1.393)	(1.117)
Custo de captação de financiamentos	12	-	-	-	-	(52.871)	-
Amortização de arrendamento mercantil - principal	23	(12.707)	(12.452)	(363)	(24.394)	(7.726)	(363)
Aumento de capital social	16.a	-	492.368	179	-	492.368	179
Recompra de ações		(140)	-	-	(140)	-	-
Dividendos pagos	16.f	-	-	(35.000)	-	-	(35.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	304	-	-	304	-
<b>CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(14.369)</b>	<b>478.827</b>	<b>(36.301)</b>	<b>(129.119)</b>	<b>1.237.842</b>	<b>(36.301)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(8.314)</b>	<b>2.797</b>	<b>2.195</b>	<b>(25.404)</b>	<b>36.238</b>	<b>2.877</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	19.977	17.180	14.985	56.265	20.027	17.150
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	11.663	19.977	17.180	30.861	56.265	20.027
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(8.314)</b>	<b>2.797</b>	<b>2.195</b>	<b>(25.404)</b>	<b>36.238</b>	<b>2.877</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PETRORECÔNCAVO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Geração do valor adicionado</b>							
Receitas:							
Serviços	19	282.314	329.447	314.296	282.314	329.447	314.296
Produtos	19	-	-	-	633.599	42.590	9.746
Outras		7.934	8.056	811	4.600	6.896	1.080
Total das receitas		<u>290.248</u>	<u>337.503</u>	<u>315.107</u>	<u>920.513</u>	<u>378.933</u>	<u>325.122</u>
Insumos adquiridos de terceiros							
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(24.869)	(26.957)	(15.336)	(64.812)	(29.236)	(16.063)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(74.874)	(75.615)	(70.310)	(109.246)	(86.231)	(73.440)
Recuperação (perda) de valores ativos		550	(5.438)	(488)	(28)	(5.509)	(1.307)
Total de insumos adquiridos de terceiros		<u>(99.193)</u>	<u>(108.010)</u>	<u>(86.134)</u>	<u>(174.086)</u>	<u>(120.976)</u>	<u>(90.810)</u>
Valor adicionado bruto		<u>191.055</u>	<u>229.493</u>	<u>228.973</u>	<u>746.427</u>	<u>257.957</u>	<u>234.312</u>
Depreciação, amortização e depleção		<u>(88.295)</u>	<u>(88.785)</u>	<u>(59.547)</u>	<u>(242.585)</u>	<u>(95.379)</u>	<u>(62.304)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>102.760</u>	<u>140.708</u>	<u>169.426</u>	<u>503.842</u>	<u>162.578</u>	<u>172.008</u>
Valor adicionado recebido em transferência:							
Receitas financeiras		3.034	2.908	5.840	13.274	22.200	7.279
Resultado Equivalência patrimonial	8	(78.500)	15.472	4.284	-	-	-
Total do valor adicionado recebido em transferência		<u>(75.466)</u>	<u>18.380</u>	<u>10.124</u>	<u>13.274</u>	<u>22.200</u>	<u>7.279</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>27.294</u>	<u>159.088</u>	<u>179.550</u>	<u>517.116</u>	<u>184.778</u>	<u>179.287</u>
Distribuição do valor adicionado:							
Pessoal:							
Remuneração direta		41.350	32.215	28.567	57.324	34.460	28.926
Benefícios		11.541	11.568	10.815	19.418	12.621	10.870
FGTS		1.855	1.838	1.565	3.004	1.982	1.582
Impostos, taxas e contribuições:							
Federais		27.872	21.533	33.313	25.185	31.265	34.620
Estaduais		73	122	52	65.741	4.713	52
Municipais		8.886	12.037	11.878	8.886	12.037	11.878
Remuneração do capital de terceiros:							
Aluguéis		3.258	10.217	14.749	9.721	9.976	9.279
Royalties		-	-	-	46.865	3.234	958
Juros		13.358	6.736	5.662	362.731	10.808	8.173
Remuneração do capital próprio:							
Dividendos pagos	16.f	-	-	35.000	-	-	35.000
Lucros retidos		(80.899)	62.822	37.949	(81.759)	63.682	37.949
Valor adicionado distribuído		<u>27.294</u>	<u>159.088</u>	<u>179.550</u>	<u>517.116</u>	<u>184.778</u>	<u>179.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## PETRORECÔNCAVO S.A. E SUAS CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A PetroRecôncavo S.A. (“Companhia”, “PetroRecôncavo” ou “Controladora”) atua na operação e produção de campos maduros de petróleo e gás natural no Brasil. Estabelecida no município de Mata de São João, no Estado da Bahia, foi constituída em 21 de julho de 1999, com o objetivo de, junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras S.A., através de “contrato de produção com cláusula de risco”, datado de 1º de fevereiro de 2000, realizar a reabilitação, reativação e rejuvenescimento de 12 campos de petróleo e gás “maduros” na Bacia do Recôncavo no Brasil, com prazo de vigência de vinte e sete anos contado da data de sua assinatura, prorrogável por idêntico período, a critério da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Essa atividade envolve o planejamento e execução de todas as etapas da cadeia de produção de um campo de petróleo e gás, tais como o estudo de reservatório, execução de programas de intervenção, acompanhamento e controle da produção, incluindo medição, transporte e manuseio da produção.

Em operação desde fevereiro de 2000, a PetroRecôncavo é remunerada mensalmente pela produção de petróleo e gás natural, exclusivamente da Petrobras S.A., conforme cláusula segunda do “contrato de produção com cláusula de risco” firmado entre as partes, que determina que os hidrocarbonetos produzidos dentro das áreas estabelecidas no mesmo constituem-se em propriedade exclusiva da Petrobras. As áreas de exploração nas quais a PetroRecôncavo atua referem-se a campos cujas concessões pertencem à Petrobras.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco” reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso e que incluiu os campos de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria, na bacia do Recôncavo, estado da Bahia. O valor da aquisição é de US\$30,0 milhões. Desse montante: (i) US\$4,0 milhões, equivalentes a R\$20,6 milhões, foram pagos no dia da assinatura, em 23 de dezembro de 2020; (ii) US\$21,0 milhões serão devidos e pagos no fechamento da transação, abatidos da geração de caixa do ativo, a ser apresentada pela Petrobras, desde julho de 2020 à data de fechamento e demais condições de ajuste de preço; e (iii) US\$5,0 milhões serão pagos em doze meses após o fechamento da transação, cuja expectativa é que ocorra ao longo de 2021. Esta aquisição está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como autorizações regulatórias do CADE, da ANP, de órgãos ambientais, dentre outras. Com o fechamento da transação o “contrato de produção com cláusula de risco” será encerrado.

As controladas da Companhia são a Recôncavo E&P S.A. (“Recôncavo”), a Recôncavo America LLC (“Recôncavo América”) e a Potiguar E&P S.A. (“Potiguar”) (em conjunto com a PetroRêncavo denominada “Grupo”), cujos descritivos das operações está apresentado a seguir:

#### Recôncavo

A Recôncavo foi constituída em 22 de março de 2004 e tem como objeto social o desenvolvimento, a pesquisa, a exploração e a perfuração de bacias petrolíferas e a produção e o comércio de óleo, gás e demais produtos relacionados, incluindo, sem limitação: (a) a aquisição, a venda, a importação e a locação de equipamentos relacionados à exploração e a produção de óleo e gás; (b) a contratação de serviços relacionados à exploração de óleo e gás; (c) a venda, o comércio, a importação e a exportação de óleo e gás e demais produtos relacionados; (d) o processamento, refino, e a compra e venda de petróleo e gás natural; e (e) qualquer outra atividade necessária ou exigida em relação à exploração, à produção e o comércio de óleo e gás e demais produtos relacionados. A Recôncavo opera as concessões para a exploração e produção de campos e blocos próprios, atuando em campos mediante concessão obtida junto à ANP - Agência de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A controlada Recôncavo E&P S.A. é concessionária para exploração dos campos Lagoa do Paulo, Lagoa do Paulo Norte, Lagoa do Paulo Sul, Acajá-Burizinho e Juriti, que foram adquiridos nas 4ª e 6ª rodadas de licitações da ANP.

#### Recôncavo America

A Recôncavo América, constituída em 15 de maio de 2006, baseada no Estado de Delaware nos Estados Unidos da América, com o objetivo de adquirir equipamentos utilizados em campos de petróleo, especialmente sondas de produção e perfuração terrestres, e alugá-los no Brasil, pelo regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural, denominado REPETRO. Estes equipamentos são prioritariamente para uso nas operações da Companhia e controlada, mas em períodos de utilização reduzida, estes podem ser alugados a terceiros. Em dezembro de 2020 a Recôncavo América vendeu seus ativos para a controladora Petrorecôncavo S/A e sua controlada Potiguar pelo montante de R\$18.156, conforme valores contábeis na data.

#### Potiguar

A Potiguar E&P S.A., com sede no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, é uma companhia de capital fechado que foi constituída em 15 de junho de 2018 e é controlada pela PetroRecôncavo S.A.

A Potiguar tem como objeto social desenvolvimento, a pesquisa, a exploração e a perfuração de bacias petrolíferas e a produção e o comércio de óleo, gás e demais produtos relacionados, incluindo, sem limitação: (a) a aquisição, a venda, a importação e a locação de equipamentos relacionados à exploração e a produção de óleo e gás; (b) a contratação de serviços relacionados à exploração de óleo e gás; (c) a venda, o comércio, a importação e a exportação de óleo e gás e demais produtos relacionados; (d) o processamento, refino, e a compra e venda de petróleo e gás natural; e (e) qualquer outra atividade necessária ou exigida em relação à exploração, à produção e o comércio de óleo e gás e demais produtos relacionados. A Potiguar consolida as concessões para a exploração e produção de campos próprios, atuando em campos mediante concessões obtidas junto à ANP - Agência de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A Potiguar é concessionária para exploração e produção dos campos Acauã, Asa Branca, Baixa do Algodão, Baixa do Juazeiro, Boa Esperança, Brejinho, Cachoeirinha, Cardeal, Colibri, Fazenda Curral, Fazenda Junco, Fazenda Malaquias, Jaçanã, Jandui, Juazeiro, Leste de Poço Xavier, Livramento, Lorena, Maçarico, Pajeú, Pardal, Patativa, Paturi, Poço Xavier, Riacho da Forquilha, Rio Mossoró, Sabiá, Sabiá Bico de Osso, Sabiá da Mata, Sibite, Três Marias, Trinca Ferro, Upanema e Varginha, que foram adquiridos junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e cujas operações iniciaram em 10 de dezembro de 2019. A Potiguar é a operadora de todas as concessões acima listadas, com exceção: (i) dos campos de Sabiá Bico de Osso e Sabiá da Mata que atualmente são operados pela Sonangol Hidrocarbonetos S.A.; (ii) dos campos de Cardeal e Colibri que atualmente são operados pela Partex.

Em decorrência das operações da Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar estarem vinculadas exclusivamente à Petrobras S.A., os resultados da Companhia e de sua controlada podem ser afetados em virtude da dependência de apenas um cliente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia acredita que se encontrava com liquidez satisfatória, mesmo apresentado capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$31.577. A Administração julga que a Companhia não tem risco significativo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de EBITDA, considerando que essa geração de caixa é suficiente para pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e para cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações.

Adicionalmente, a Administração entende que o perfil de vencimento da dívida é condizente com a geração de caixa da Companhia.

#### 1.1. Principais medidas e impactos decorrentes da COVID-19

Como é amplamente conhecido, a pandemia relacionada ao vírus COVID -19 vem gerando mudanças nos mercados mundiais e também brasileiros. Como consequência a taxa de dólar se valorizou em relação à data base do relatório de 31 de dezembro de 2019 em 29%. A taxa de câmbio comercial passou de R\$4,03 em 31 de dezembro de 2019 para aproximadamente R\$5,20. Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e avaliando os possíveis impactos que podem ser gerados nas operações. Entretanto, suas operações vinculadas em dólar possuem um “hedge” natural, devido ao fato do produto de suas vendas e prestações de serviços serem baseados também em dólar.

A Companhia vem monitorando atentamente os impactos da pandemia de COVID-19 em seu negócio e nas comunidades onde atua. Com isso a Companhia adotou as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde e pela sua área médica, para proteção aos colaboradores. Abaixo estão algumas das medidas adotadas:

- (i) Respeitando o decreto 10.282, de 20 de Março de 2020, que classificou a “produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo” como “atividade essencial”, as atividades operacionais foram mantidas.
- (ii) Recomendação para colaboradores e contratados não essenciais para a operação trabalharem remotamente.
- (iii) Espaçamento das pessoas nos ambientes de trabalho.
- (iv) Suspensão temporárias de viagens não essenciais, visitas, treinamentos presenciais e deslocamentos.

- (v) Divulgação, através da intranet e de cartilhas, de orientações sobre medidas e cuidados a serem adotados por todos os colaboradores.
- (vi) Realização de testes de infecção periódicos.
- (vii) Monitoramento dos colaboradores para identificação de sintomas e imediato afastamento.
- (viii) Preparação de instalações para operação em regime de confinamento, caso necessário.

Adicionalmente, em linha com seu valor fundamental, segurança, a Companhia passou a operar seus ativos com as equipes mínimas necessárias. Além disso, a Companhia adotou uma série de medidas para preservação do caixa a fim de manter a sua solidez financeira e a resiliência dos seus negócios, dentre as quais destacamos:

- (i) Redução dos custos fixos.
- (ii) Otimizações do capital de giro com postergação de investimentos.
- (iii) Adicionalmente, em março de 2020, devido a divergências entre grandes produtores mundiais de petróleo, além da decorrência da redução da demanda e consequente aumento dos estoques, o preço do petróleo tipo “brent” teve uma queda substancial nos mercados internacionais, caindo de patamares de US\$65/bbl para US\$20/bbl. A partir de maio de 2020, os preços passaram a se recuperar e estão sendo negociados, aproximadamente, entre US\$50/bbl e US\$55/bbl. Essa queda durante o ano afetou as atividades da Companhia, sobretudo gerando a postergação de projetos de investimento. Como a Companhia adota política de “hedge” para os preços de petróleo, essa oscilação foi fortemente mitigada e os impactos na geração de caixa foram minimizados.

A Companhia revisou sua projeção para as receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 e não verificou a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável no ativo imobilizado, tributos diferidos e contas a receber. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a atual estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e nos fluxos de caixa operacionais projetados poderá ser revisada de acordo com novos eventos relacionados a esta pandemia.

## 2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

- a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão, conforme OCPC 07.



## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 25 de fevereiro de 2021.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia está apresentado a seguir:

## 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia consolida todas as investidas sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, tem poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras da controladora para apresentar os mesmos saldos de patrimônio líquido e resultado do exercício das demonstrações consolidadas.

### Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e o consolidado

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia era arrendatária de 21 bens da controlada Recôncavo América que foram considerados dentro do escopo do IFRS 16 e, conseqüentemente registrado nas demonstrações individuais da Petrorecôncavo o ativo de direito de uso e os passivos pelos valores a pagar pelo arrendamento.

Para fins de consolidação a Companhia desfez esse reconhecimento de forma a poder eliminar os saldos consolidados entre a Petrorecôncavo (arrendatária) e a Recôncavo América (arrendadora). Desta forma, esses bens ficaram registrados no ativo imobilizado consolidado.

Em dezembro de 2020, a Recôncavo América vendeu seus ativos arrendados para a Companhia e para a sua controlada Potiguar.

Essa movimentação gerou uma diferença no ano de 2020 entre o patrimônio líquido e o resultado do exercício da controladora e do consolidado. A conciliação entre o patrimônio líquido e do resultado individual e consolidado está abaixo apresentado para 31 de dezembro de 2020:

	<u>Resultado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo da controladora	(80.899)	980.196
Efeito do desreconhecimento do CPC 06(R2) na PetroRecôncavo 2019	-	860
Efeito da baixa dos contratos do CPC 06(R2) na PetroRecôncavo 2020	<u>(860)</u>	<u>(860)</u>
Saldo do consolidado	<u>(81.759)</u>	<u>980.196</u>

#### 2.4. Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como “Moeda Funcional”, para a Companhia e também para cada uma de suas controladas, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia está inserida assim como cada uma das controladas. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

#### 2.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

#### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, dividendos a receber, saldos com partes relacionadas, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

#### Mensurados a valor justo por meio de resultado

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício.

### 2.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de proteção para variação nos preços de commodities (“hedge”). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta mensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de “hedge”, no caso da adoção da contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”).

A Companhia designa os derivativos como instrumentos de “hedge”, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (“hedge” de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de “hedge” e os itens protegidos por “hedge”, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do “hedge”, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de “hedge” são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por “hedge”.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como instrumentos de “hedge” nas estratégias de “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida como “Ajuste de avaliação patrimonial de controlada” (em “Outros resultados abrangentes”) no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de “hedge” são liquidados, na mesma linha que o item objeto de “hedge” reconhecido. Quando o “hedge” deixa de cumprir os critérios para “hedge accounting”, o mesmo é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece enquanto operação ainda possuir expectativa de ocorrer, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados nos instrumentos de “hedge”, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas acumulados no patrimônio líquido são imediatamente reciclados para o resultado do exercício.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 15. O valor justo total dos instrumentos derivativos de “hedge” é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido em uma estratégia de “hedge” é superior a 12 meses.

## 2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Produtos acabados - representa estoque da Recôncavo E&P S.A. e da Potiguar E&P S.A.: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos custos gerais indiretos de produção de óleo e gás com base na capacidade operacional normal.

A controladora PetroRecôncavo S.A. não possui estoque de produtos acabados, uma vez que a produção da companhia pertence à Petrobras S.A., concessionária dos campos operados pela Companhia.

## 2.8. Imobilizado

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos de empréstimos, quando aplicável, são capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos estão demonstrados ao valor de custo e não sofrem depreciação.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos e incluem as estimativas dos custos com abandono que são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações de pagamentos futuros, (ver nota explicativa nº 14). Esse método determina que custos para incremento de produção e os custos de perfuração de poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos com geologia e geofísica, incorridos antes da determinação da viabilidade econômica das reservas, devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos; e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal (ver nota explicativa nº 9).

A depleção é calculada pela taxa correspondente à relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reserva provada desenvolvida de cada grupo de campos produtores de petróleo e gás natural, limitado à data de vencimento dos contratos de concessão de cada grupo de campos.

A depreciação dos demais bens é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O almoxarifado compreende os estoques de motores, equipamentos de produção e materiais diversos que serão utilizados para incremento na produção.

Um item do imobilizado é baixado na data de sua alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## 2.9. Intangível

Ativos intangíveis (softwares) com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

## 2.10. Perda estimada para recuperação de ativos de longa duração

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados de cada unidade geradora de caixa (grupo de campos produtores de petróleo e gás natural), durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

### 2.11. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço.

### 2.12. Provisões

#### Provisões diversas

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos pagamentos requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando é esperado que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### Provisões para abandono de poços

Os gastos representativos de fechamento de poços decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para abandono de poços. As obrigações consistem principalmente em custos associados com encerramento de atividades, desmobilização e recuperação de áreas degradadas.

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente, desmobilizar e finalizar as atividades.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com abandono de poços são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo.

As estimativas de gastos com abandono de poços são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais.

### 2.13. Pagamento baseado em ações

Existem programas de remuneração com base em ações e opções que permitem que executivos e colaboradores estratégicos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das ações e opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

## 2.14. Tributação

### Imposto de renda, contribuição social corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações dos resultados, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões admitidas pela legislação fiscal, deduzido do incentivo de redução mencionado abaixo.

### Incentivo fiscal

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia e suas controladas reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Ao final de cada exercício social a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício, a qual não compõe a base de cálculo do dividendo, é transferida da conta lucro do exercício para reserva de lucros - incentivos fiscais. Esta reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos, desde que a Companhia cumpra com todas as suas obrigações tributárias. Até 31 de dezembro de 2009 essa reserva de incentivo fiscal era reconhecida como reserva de capital.

### Controladora

A Companhia goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 369.984 m<sup>3</sup>/ano e gás natural em 37.594.224 m<sup>3</sup>/ano, até o exercício de 2028.

### Controladas

A controlada Recôncavo E&P S.A. goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 96.000 barris/ano de produção de petróleo, até o exercício de 2024.

A controlada Potiguar goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 635.772 m<sup>3</sup>/ano e gás natural em 157.678.680 m<sup>3</sup>/ano, até o exercício de 2029. O processo para início do uso desse benefício está em fase de homologação junto à Receita Federal.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, exceto quando a Companhia e suas controladas forem capazes de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. São classificados no não circulante, independente da perspectiva de realização dos saldos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

#### 2.15. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e outras deduções similares, conforme demonstrado abaixo.

##### Prestação de serviços

Os honorários de exploração de óleo e gás são reconhecidos quando o volume dos produtos é transferido para o cliente, mediante aprovação da medição.

##### Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

#### 2.16. Arrendamentos

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.



O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber.
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

O Grupo remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício do passivo de arrendamento, nesse caso o passivo é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

O Grupo não efetuou esses ajustes durante os períodos apresentados.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que o Grupo assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial.

O Grupo aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

#### 2.17. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e mútuos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

#### 2.18. Destinação dos Resultados

No encerramento do ano, a Companhia destina seus resultados entre dividendos e reservas na forma prevista na legislação societária.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, quando aplicável.

#### 2.19. Lucro por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações.

#### 2.20. Adoção de normas novas e revisadas

- a) IFRS 16 - Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) - A norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários, reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma, conforme nota explicativa nº 23.

Ainda em decorrência da adoção do IFRS 16, a Companhia promoveu algumas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018		
	Controladora e Consolidado		
	Conforme divulgado	Reclassificação	Reclassificado
<u>Passivo circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	1.692	(509)	1.183
Arrendamento mercantil - IFRS 16	-	509	509
	<u>1.692</u>	<u>-</u>	<u>1.692</u>
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	5.142	(834)	4.308
Arrendamento mercantil - IFRS 16	-	834	834
	<u>5.142</u>	<u>1.343</u>	<u>5.142</u>

b) ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Também em 1º de janeiro de 2019, passou a vigorar a nova norma sobre os requisitos de reconhecimento e mensuração do pronunciamento técnico CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente.

2.21. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e ainda não aplicadas pela Sociedade

A Companhia não adotou antecipadamente a seguinte norma revisada. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. A seguinte norma foi revisada pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2020:

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consistem ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia e suas controladas não serão afetadas por essas alterações na data de transição.

## 2.22. Reapresentação de informações anteriormente apresentadas

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram emitidas em 2 de abril de 2020 e a Administração, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e em conformidade com o CPC 23, decidiu reapresentar as respectivas demonstrações financeiras para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), informação por segmento, bem como detalhou informações de algumas notas explicativas e efetuou reclassificações de determinadas contas, sem modificação do resultado do exercício e do patrimônio líquido de 2019. O conselho de Administração aprovou a reemissão destas demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2021.

As seguintes reclassificações foram efetuadas:

- 1) Apresentação de saldos ativos e passivos de instrumentos financeiros derivativos em linha com o conceito estabelecido pelo CPC 39. A Companhia entende que por não ter a intenção de liquidar os contratos em base líquida esses valores devem ser apresentados separadamente. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía transações com instrumentos financeiros derivativos.

ATIVO	Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros	-	693	693
Outros ativos circulantes	151.642	-	151.642
Total dos ativos circulantes	151.642	693	152.335
NÃO CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros	-	1.288	1.288
Investimentos	-	-	-
Outros ativos não circulantes	1.710.297	-	1.710.297
Total dos ativos não circulantes	1.710.297	1.288	1.711.585
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.861.939</b>	<b>1.981</b>	<b>1.863.920</b>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros	349	693	1.042
Outros passivos circulantes	141.151	-	141.151
Total dos passivos circulantes	141.500	693	142.193
NÃO CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros	4.791	1.288	6.079
Outros passivos não circulantes	753.851	-	753.851
Total dos passivos não circulantes	758.642	1.288	759.930
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido	961.797	-	961.797
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.861.939</b>	<b>1.981</b>	<b>1.863.920</b>

- 2) Reclassificação do efeito dos instrumentos financeiros derivativos realizados da linha de outras receitas e despesas, líquidas para a linha de receita líquida. Essa reclassificação foi feita para que o resultado do instrumento de “hedge” acompanhe o item de “hedge” protegido em linha com o conceito de contabilidade de “hedge” estabelecido pelo CPC 48. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía transações com instrumentos financeiros derivativos.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita Líquida	291.149	14.740	305.889	325.354	14.569	339.923
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(229.910)	-	(229.910)	(253.367)	-	(253.367)
Lucro Bruto	61.239	14.740	75.979	71.987	14.569	86.556
RECEITAS (DESPESAS)						
Gerais e administrativas	(28.064)	-	(28.064)	(31.525)	-	(31.525)
Outras receitas e despesas, líquidas	20.172	(14.740)	5.432	19.984	(14.569)	5.415
Resultado de participações societárias	15.472	-	15.472	-	-	-
Total	7.580	(14.740)	(7.160)	(11.541)	(14.569)	(26.110)
Resultado financeiro	(3.828)	-	(3.828)	11.392	-	11.392
Imposto de renda e contribuição social	(2.169)	-	(2.169)	(8.156)	-	(8.156)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.822	-	62.822	62.822	-	63.682

### 3. USO DE ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção; de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração da provisão para abandono de poços; vida útil dos bens do imobilizado; perda por “impairment”; imposto de renda e contribuição social diferidos; valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseado em ações; valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisão para abandono de poços

Os gastos representativos de fechamento de poços decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para abandono de poços. As obrigações consistem principalmente em custos associados com encerramento de atividades, desmobilização e recuperação de áreas degradadas. Ver nota explicativa nº 14.

c) Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o volume das reservas totais de petróleo e gás natural. As estimativas de reservas são certificadas pelo perito independente “Netherland Sewell & Associates Inc. - NSAI”.

d) “Impairment”

Anualmente, a Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados de cada unidade geradora de caixa (grupo de campos produtores de petróleo e gás natural), durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Em 2020, em consonância com a norma contábil, e considerando o primeiro ano completo de operação da Potiguar, a Companhia alterou suas unidades geradora de caixa de campos de petróleo para grupo de campos produtores de petróleo e gás natural). Os motivos que levaram a modificação foram:

- a) a aquisição, em dezembro de 2019, da participação da Petrobras em um conjunto de 34 campos produtores de petróleo e gás natural, localizados na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte, denominado Polo Riacho da forquilha.
- b) a estrutura de gestão passou a ser pelos grupos de campos produtores de petróleo e gás natural (polos), além da utilização de ativos compartilhados dentro dos polos.

Em linha com essa alteração de estimativa a Companhia alterou também distribuição da base de depleção dos ativos, que considerava o total dos ativos por campo e passou a considerar o total por distrito. Os impactos da alteração da definição da unidade foram: 1) aumento da depleção dos ativos da Companhia em R\$1.891; 2) reversão do impairment reconhecido em 2019 pela Companhia de R\$1.691; e 3) diminuição da despesa de depleção no consolidado, líquida do efeito de impostos, no montante de R\$12.877.

## e) Valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseados em ações

A PetroRecôncavo concedeu aos seus administradores e colaboradores ações emitidas pela Companhia, como parte do pagamento anual aos executivos. As novas ações emitidas nesse ato foram subscritas pelos administradores da Companhia e integralizadas pelo valor justo das mesmas. A diferença entre o valor subscrito e o montante integralizado em espécie pelos administradores e colaboradores foi contabilizado integralmente como despesa dentro do exercício.

A PetroRecôncavo concedeu a colaboradores que exercem funções estratégicas na Companhia opções de compra de ações emitidas pela Companhia sem custos para os mesmos. O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido (serviço prestado), com base em estimativas do Grupo sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, o Grupo revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. As informações relacionadas ao tema estão apresentadas na nota explicativa nº 2.6 e na nota explicativa nº 15.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	289	24	1.312	9.045	737	1.964
Aplicações financeiras:						
Certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa	11.374	19.953	15.868	21.816	55.528	18.063
Total	<u>11.663</u>	<u>19.977</u>	<u>17.180</u>	<u>30.861</u>	<u>56.265</u>	<u>20.027</u>

As aplicações referem-se a operações de renda fixa (CDB - Certificado de Depósito Bancário), indexados de 75,00% (Certificado de Depósito Interbancário) (74,10% em 2019 e 74,81% em 2018) e a fundos de investimento com rendimentos equivalentes à taxa de 131,93% a 177,07% do CDI (82,10% a 100,72% do CDI em 2019 e 96,01% a 101,99% do CDI em 2018). A Companhia e suas controladas podem resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição e seus valores de mercado não diferem dos valores registrados contabilmente.

A controlada Recôncavo América LLC, possui, em 31 de dezembro de 2020, R\$7.900 (2019, 678 e 2018, R\$610) em caixa e equivalentes de caixa, mantido em dólar norte-americano. Em 2020 a Controlada registrou R\$199 (2019, R\$25 e 2018, 336) referente a variação cambial dos saldos mantidos em moeda estrangeira.

Aplicações financeiras

	Controladora		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	9.993	1.191	3.277
Total	<u>9.993</u>	<u>1.191</u>	<u>3.277</u>
Circulante	9.993	-	-
Não circulante	-	1.191	3.277
	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	135.011	10.182	3.277
Total	<u>135.011</u>	<u>10.182</u>	<u>3.277</u>
Circulante	66.414	45	-
Não circulante	68.597	10.137	3.277

A Controlada Potiguar deve manter aplicações financeiras como garantia para o empréstimo de, no mínimo, R\$119.530 em 31 de dezembro de 2020. Esse valor está aplicado em Fundo Cambial (Itaú Cambial FICFI), registrados na rubrica de aplicações financeiras e com rendimentos equivalentes a - 4,35% no ano calculado pelo valor aplicado, sendo que:

- Todos os recursos do Fundo Cambial da Conta Reserva do Serviço da Dívida representam uma Aplicação Restrita de Longo Prazo, uma vez que não estão disponíveis e permanecerão bloqueados até o fim do financiamento, previsto para abril de 2024, conforme contrato.
- Todas os recursos do Fundo Cambial das outras contas vinculantes (Conta Retenção, Conta Reserva de Caixa e Conta Centralizadora) representam uma Aplicação Restrita de Curto Prazo, uma vez que não estão disponíveis, mas deverão ser utilizadas em até 12 meses.

O Fundo Cambial tem como objetivo acompanhar a variação do dólar contra o real. Uma vez que a dívida da Controlada é em dólar, a Companhia visa, portanto, se proteger da variação cambial.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Petrobras S.A.	52.578	43.203	37.648	108.733	78.610	38.259
Total	<u>52.578</u>	<u>43.203</u>	<u>37.648</u>	<u>108.733</u>	<u>78.610</u>	<u>38.259</u>

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 não possuíam saldos vencidos e nem perda estimada em créditos de liquidação duvidosa. As faturas são emitidas contra o cliente Petrobras S.A. com um prazo médio de vencimento de 30 a 50 dias. A Companhia e suas controladas não possuem histórico de perdas nem atrasos materiais de recebíveis e não há expectativa de perda futura para tais recebíveis.



## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
IRRF	89	43	26	169	79	28
IRPJ	9.166	11.969	21.590	11.146	11.985	21.593
CSLL	2.322	72	69	3.212	72	69
PIS	207	220	91	776	362	99
COFINS	824	860	591	3.717	1.529	647
ICMS	-	-	-	2.678	673	538
Outros	863	480	89	1.297	497	155
<b>Total</b>	<b>13.471</b>	<b>13.644</b>	<b>22.456</b>	<b>22.995</b>	<b>15.197</b>	<b>23.129</b>
Total circulante	13.457	13.630	19.768	22.433	14.775	20.033
Total não circulante	14	14	2.688	562	422	3.096

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
PIS, COFINS, CIDE e IRPJ (a)	1.287	1.287	1.287	1.303	1.287	1.287
IRPJ	-	-	-	17	17	-
Trabalhistas	826	639	594	826	639	594
Outros	124	126	107	165	183	181
<b>Total</b>	<b>2.237</b>	<b>2.052</b>	<b>1.988</b>	<b>2.311</b>	<b>2.126</b>	<b>2.062</b>

- (a) Em 2007, a Companhia foi autuada por suposto não recolhimento de PIS e COFINS. O auto em questão é considerado improcedente devido à existência de pagamentos relacionados aos débitos dos referidos impostos. A Companhia ajuizou ação anulatória e depositou em juízo os valores referentes aos impostos supracitados. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, a Companhia possui registrado o montante atualizado de R\$1.287 como depósito judicial de PIS e COFINS. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, que entendem que as chances de êxito da Companhia são prováveis, não constituiu qualquer provisão nestas demonstrações financeiras.

## 8. INVESTIMENTOS

### Informações sobre as investidas

Investidas	Data-base	Ações Ordinárias Possuídas (em milhares)	Participação no capital integralizado %	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício
Recôncavo E&P S.A.	31/12/20	6.561	100	6.561	15.145	3.483	11.662	7.050	(1.220)
Recôncavo America LLC	31/12/20	n/a	100	9.242	26.904	-	26.904	8.598	16.269
Potiguar E&P S.A.	31/12/20	525.183	100	525.183	1.554.911	1.033.474	521.437	626.549	(93.549)
Recôncavo E&P S.A.	31/12/19	6.561	100	6.561	16.488	3.606	12.882	8.080	1.458
Recôncavo America LLC	31/12/19	n/a	100	9.242	10.743	108	10.635	6.532	2.881
Potiguar E&P S.A.	31/12/19	525.183	100	525.183	1.354.980	824.700	530.280	34.681	11.133
Recôncavo E&P S.A.	31/12/18	6.561	100	6.561	14.146	2.418	11.728	9.746	2.372
Recôncavo America LLC	31/12/18	n/a	100	9.242	13.215	5.461	7.754	5.562	1.912

### Movimentação

	Recôncavo E&P S.A.	Recôncavo America LLC	Potiguar E&P S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.728	7.754	-	19.482
Equivalência patrimonial	1.458	2.881	11.133	15.472
Transação de capital - (i)	-	-	88.715	88.715
Dividendos propostos	(304)	-	(2.644)	(2.948)
Aumento de capital social (ii)	-	-	490.701	490.701
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(57.625)	(57.625)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.882	10.635	530.280	553.797
Equivalência patrimonial	(1.220)	16.269	(93.549)	(78.500)
Cancelamento de dividendos (iii)	-	-	2.644	2.644
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	82.062	82.062
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.662	26.904	521.437	560.003

- (i) Refere-se à cessão dos investimentos da Potiguar cedidos para a Petrorecôncavo pelos acionistas da Petrorecôncavo conforme nota explicativa 16.h
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram emitidas 525.181.321 (quinhentas e vinte e cinco milhões, cento e oitenta e uma mil, trezentos e vinte e uma) ações ordinárias da investida Potiguar a um preço de subscrição de R\$1 (um real), sendo R\$490.701 em moeda corrente e R\$34.481 por meio de incorporação de acervo líquido cindido da PetroRecôncavo S.A. (ver nota 16h). O valor total investido pela Companhia na Potiguar no exercício foi de R\$525.182. Todas as ações foram subscritas e integralizadas pela Companhia.
- (iii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, o contrato de financiamento obtido com o intuito de financiar parte da aquisição do Polo Riacho da Forquilha, proíbe o pagamento de dividendos pela Companhia e suas controladas oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2020. Considerando essas restrições, e de forma similar a 2019, a Administração da Companhia recomendou aos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima.

Em 31 de dezembro de 2019 a PetroRecôncavo, a Potiguar e a Recôncavo constituíram dividendos mínimos obrigatórios nos valores de R\$12.894, R\$2.644 e R\$304, respectivamente. Tais dividendos foram cancelados nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30 de junho de 2020, com exceção da Recôncavo, cuja Assembleia Geral Ordinária ainda não foi realizada. A Administração da Companhia recomendará os acionistas da Recôncavo E&P S.A. na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima.

## 9. IMOBILIZADO

Mapa de movimentação

					Controladora				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas (vii)	Transferências	
<u>Custo</u>				(a)				(a)	
Terrenos	80	-	-	-	80	-	-	-	80
Imóveis e construções	9.739	-	-	(1.940)	7.799	8	(2)	-	7.805
Máquinas e equipamentos	15.912	265	(1.205)	808	15.780	16.425	(47)	1.017	33.175
Móveis e utensílios	9.312	1.364	(133)	-	10.543	669	-	65	11.277
Veículos	2.636	388	(34)	284	3.274	113	-	-	3.387
Computadores e periféricos	1.686	285	(37)	169	2.103	128	(4)	126	2.353
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (i)	773.986	56.584	-	15.942	846.512	33.361	(3.613)	7.419	883.679
Adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás (vi)	-	-	-	-	-	20.629	-	-	20.629
Almoxarifado para inversões fixas (iii)	31.612	20.607	-	(15.969)	36.250	36.082	(36.628)	(3.911)	31.793
Adiantamento para aquisição de ativos fixos (v)	4.241	-	(3.818)	24	447	6.050	(979)	(3.530)	1.988
Bens imobilizados em andamento (iv)	5.245	1.471	(3.177)	(3.474)	65	3.765	(3)	(1.591)	2.236
<b>Total</b>	<b>854.449</b>	<b>80.964</b>	<b>(8.404)</b>	<b>(4.156)</b>	<b>922.853</b>	<b>117.230</b>	<b>(41.276)</b>	<b>(405)</b>	<b>998.402</b>
<u>Depreciação e amortização</u>									
Imóveis e construções	(3.841)	(486)	-	408	(3.919)	(541)	-	-	(4.460)
Máquinas e equipamentos	(9.400)	(812)	1.095	-	(9.117)	(886)	8	-	(9.995)
Móveis e utensílios	(5.518)	(636)	68	-	(6.086)	(733)	-	-	(6.819)
Veículos	(1.447)	(247)	17	-	(1.677)	(293)	-	-	(1.970)
Computadores e periféricos	(740)	(233)	32	-	(941)	(220)	-	-	(1.161)
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços	(439.349)	(74.974)	-	-	(514.323)	(73.582)	-	-	(587.905)
<b>Total</b>	<b>(460.295)</b>	<b>(77.388)</b>	<b>1.212</b>	<b>408</b>	<b>(536.063)</b>	<b>(76.255)</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>(612.310)</b>
<u>"Impairment"</u>									
Perda estimada na recuperação de ativos	-	(1.691)	-	-	(1.691)	-	1.691	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1.691)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.691)</b>	<b>-</b>	<b>1.691</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>394.154</b>	<b>(1.933)</b>	<b>(7.192)</b>	<b>(3.748)</b>	<b>385.099</b>	<b>40.975</b>	<b>(39.577)</b>	<b>(405)</b>	<b>386.092</b>

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas (vii)	Transferências	Saldo em 31/12/2020
<b>Custo</b>				(a)				(a)	
Terrenos	105	-	-	-	105	-	-	-	105
Imóveis e construções	14.748	-	-	(1.940)	12.808	315	(2)	-	13.121
Máquinas e equipamentos	42.448	7.141	(1.205)	751	49.135	22.982	(27.822)	(792)	43.503
Móveis e utensílios	9.351	1.777	(133)	47	11.042	2.098	(100)	65	13.105
Veículos	2.636	388	(34)	284	3.274	262	-	-	3.536
Computadores e periféricos	1.687	389	(37)	179	2.218	720	(4)	126	3.060
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (i)	790.364	75.594	-	16.604	882.562	72.843	(4.012)	22.907	974.300
Direito de produção de óleo e gás (ii)	1.248	1.235.967	-	-	1.237.215	-	-	-	1.237.215
Adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás (vi)	-	-	-	-	-	20.628	-	-	20.628
Almoxarifado para inversões fixas (iii)	32.156	29.796	-	(16.632)	45.320	92.229	(68.531)	(13.605)	55.413
Adiantamento para aquisição de ativos fixos (v)	5.382	-	(4.657)	24	749	13.646	(979)	(7.730)	5.686
Bens imobilizados em andamento (iv)	8.362	-	(3.183)	(3.474)	1.705	6.897	(29)	(1.591)	6.982
<b>Total</b>	<b>908.487</b>	<b>1.351.052</b>	<b>(9.249)</b>	<b>(4.157)</b>	<b>2.246.133</b>	<b>232.620</b>	<b>(101.479)</b>	<b>(620)</b>	<b>2.376.654</b>
<b>Depreciação</b>									
Imóveis e construções – Depreciação	(5.157)	(651)	-	408	(5.400)	(705)	-	-	(6.105)
Máquinas e equipamentos – Depreciação	(26.864)	(3.320)	1.095	-	(29.089)	(2.486)	19.442	-	(12.133)
Móveis e utensílios – Depreciação	(5.549)	(644)	68	-	(6.125)	(803)	-	-	(6.928)
Veículos – Depreciação	(1.447)	(247)	17	-	(1.677)	(293)	-	-	(1.970)
Computadores e periféricos – Depreciação	(741)	(235)	32	-	(944)	(241)	-	-	(1.185)
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (amortização)	(450.940)	(75.530)	-	-	(526.470)	(86.782)	-	(10)	(613.262)
Direito de produção de óleo e gás – Amortização	(1.161)	(8.041)	-	-	(9.202)	(126.485)	-	506	(135.181)
<b>Total</b>	<b>(491.859)</b>	<b>(88.668)</b>	<b>1.212</b>	<b>408</b>	<b>(578.907)</b>	<b>(217.795)</b>	<b>19.442</b>	<b>496</b>	<b>(776.764)</b>
<b>“Impairment”</b>									
Perda estimada na recuperação de ativos	-	(1.691)	-	-	(1.691)	-	1.691	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1.691)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.691)</b>	<b>-</b>	<b>1.691</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>416.628</b>	<b>1.260.693</b>	<b>(8.037)</b>	<b>(3.749)</b>	<b>1.665.535</b>	<b>14.825</b>	<b>(80.346)</b>	<b>(124)</b>	<b>1.599.890</b>

(a) Parte do saldo foi transferido para o intangível e outra parte, por se referirem a arrendamentos financeiros, foram transferidos para a rubrica de direito de uso em arrendamento.

Conforme previsão contratual, a Companhia utiliza em sua operação equipamentos pertencentes à Petrobras, mantidos nos campos da bacia do Recôncavo. Tais bens não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como os correspondentes encargos de depreciação. A Companhia não efetua qualquer pagamento pela utilização desses bens.

- (i) O “investimento para incremento de produção” corresponde a motores, transformadores, equipamentos ou gastos diversos utilizados nos poços ou facilidades de superfície visando um aumento da produção ou das reservas recuperáveis. Perfuração de poços refere-se à capitalização de gastos incorridos na perfuração de novos poços em campos que tiveram sua comercialidade provada. A depreciação destes bens e a depleção dos gastos são feitos utilizando-se o percentual de produção atual em relação à reserva provada desenvolvida de cada campo, limitado à data de vencimento dos contratos de concessão de cada campo (a maioria vence em 2025). A avaliação da reserva total em 31 de dezembro de 2020 foi efetuada pelo perito independente Netherland Sewell & Associates Inc.
- (ii) O “direito de produção de óleo e gás” representa o custo de concessão para a exploração dos blocos terrestres BT-REC-10 e BT-REC-14 adquiridos através da 4ª, 6ª e 9ª rodada de licitação da ANP - Agência de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. A amortização deste custo é calculada com base no método das unidades produzidas, que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva provada total de cada campo, limitado ao vencimento dos contratos de concessão. As adições a essa rubrica no exercício representam o custo de aquisição dos campos terrestres junto à Petrobras.

Em 25 de Abril de 2019, a Controlada Potiguar assinou Contrato de Compra e Venda pela aquisição da participação da Petrobras em um conjunto de 34 campos terrestres produtores de petróleo e gás natural, denominado “Polo Riacho da Forquilha”, localizados na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. A aquisição foi concluída no dia 9 de dezembro de 2019, após aprovação dos órgãos reguladores. O valor de aquisição ajustado foi de US\$351.453, tendo sido abatidos do preço de aquisição a geração de caixa do ativo e demais condições de ajuste de preço a partir de 1º de janeiro de 2019 (Data Efetiva) da transação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Potiguar pagou o equivalente a US\$295.221 (R\$1.235.568), correspondente a 84% do valor de aquisição ajustado. A tabela abaixo demonstra a conciliação do valor de R\$1.235.568 mil pago a Petrobras no fechamento da transação, em 9 de dezembro de 2019:

Itens de ajuste (01/01/2019 a 09/12/2019) conforme contrato de Compra e Venda apresentado pela Petrobras	Valores apurados em dólares para fins de ajuste no preço final Dólares mil	Ajuste de preço final (taxa de câmbio de 4,2136 para os valores apurados em dólares) Em milhares de reais (R\$)
(+) Valor total da aquisição	384.200	1.618.865
(-) Valor do adiantamento	(28.815)	(121.415)
(+) Juros de Libor	18.579	78.284
(-) Receita gerada (*)	(109.655)	(462.043)
(+) Royalties (*)	11.837	49.876
(+) Licenciamento Ambiental (*)	2.772	11.682
(+) Custos/Despesas Operacionais (*)	25.016	105.406
(+) Impostos sobre o ativo (*)	16.932	71.343
(+) Investimentos no ativo (*)	784	3.308
(+) Estoque inicial de óleo (*)	988	4.161
(=) “Closing Adjustment”	322.638	1.359.468
Depósito pago à Petrobras em 25/04/2019 (“Signing”)	28.815	113.041
Valor total da aquisição ajustado	351.453	1.472.509
Depósito pago à Petrobras em 25/04/2019 (“Signing”)	28.815	113.041
Montante pago à Petrobras em 09/12/2019 (“Closing”)	266.406	1.122.527
Montante total pago à Petrobras até 09/12/2019 (84% “Closing”)	295.221	1.235.568

- (\*) Valores apresentados como parte integrante do contrato de compra e venda, e demonstrados assim pela vendedora, Petrobras, como o “ajuste” de preço de compra do grupo de ativos do Polo Riacho da Forquilha. Os valores são ajustados de acordo com o CDI a partir da data que foram gerados até 09 de dezembro de 2019.

A Controlada deve pagar à Petrobras um saldo remanescente correspondente a 16% do valor de aquisição ajustado, ou, aproximadamente, US\$56.000, condicionado à extensão das concessões de onze dos 34 campos adquiridos, conforme demonstrado abaixo:

Campo	Percentual
Baixa do Algodão	0,2%
Boa Esperança	0,5%
Brejinho	1,5%
Cachoeirinha	1,0%
Fazenda Curral	0,2%
Fazenda Malaquias	1,0%
Leste de Poço Xavier	0,3%
Livramento	1,8%
Lorena	2,8%
Pajeú	0,2%
Riacho da Forquilha	6,5%
<b>Total</b>	<b>16,0%</b>

O processo de extensão das concessões envolve a apresentação para a Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP) de Planos de Desenvolvimento que demonstrem um plano de investimento e produção viável para além do período contratual atual. Em 5 de março de 2020, a Potiguar apresentou à ANP os Planos de Desenvolvimento para os onze campos listados acima. O processo de avaliação das extensões é gerido pela Superintendência de Desenvolvimento e Produção da ANP, que julga a estratégia de desenvolvimento apresentada, o cronograma físico-financeiro dos projetos de desenvolvimento da produção, o aumento da capacidade produtiva das instalações, provisões financeiras para descomissionamento e abandono das instalações, dentre outros pontos. Caso aprovada, a extensão das concessões deve adicionar novos volumes de reservas provadas, com potenciais impactos nas estimativas de cálculo da depleção e provisão para abandono de poços. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a ANP não deliberou sobre a aprovação dos Planos de Desenvolvimento submetidos. Nenhuma obrigação e nenhum efeito decorrente do aumento das reservas provadas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2020.

- (iii) Os motores, equipamentos de produção e materiais diversos que serão utilizados para incremento na produção são registrados na conta “almoxarifado de inversões fixas”. A depreciação desses bens é calculada com base no método das unidades produzidas, que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total de cada campo, limitado ao vencimento dos contratos de concessão, a partir do momento que os mesmos são transferidos para a rubrica de “investimento para incremento de produção”.
- (iv) Os bens imobilizados em andamento representam itens de imobilizado que estão em processo de construção ou transporte e que ainda não estão prontos para utilização.
- (v) O adiantamento para aquisição de ativos fixos refere-se a valores que foram adiantados a fornecedores de materiais e equipamentos de produção que serão utilizados para incremento da produção.
- (vi) Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco” reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso e que incluiu os campos de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria, na bacia do Recôncavo, estado da Bahia. O valor da aquisição é de US\$30,0 milhões. Desse montante: (i) US\$4,0 milhões, equivalentes a R\$20,6 milhões, foram pagos no dia da assinatura, em 23 de dezembro de 2020; (ii) US\$21,0 milhões serão devidos e pagos no fechamento da transação, abatidos da geração de caixa do ativo, a ser apresentada pela Petrobras, desde julho de 2020 à data de fechamento e demais condições de ajuste de preço; e (iii) US\$5,0 milhões serão pagos em doze meses após o fechamento da transação, cuja expectativa é que ocorra ao longo de 2021. Esta aquisição está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como autorizações regulatórias do CADE, da ANP, de órgãos ambientais, dentre outras. Com o fechamento da transação o “contrato de produção com cláusula de risco” será encerrado.
- (vii) As baixas dos valores reconhecidos na linha de “almoxarifado para inversões fixas” representam, principalmente, motores, equipamentos de produção e materiais diversos que foram utilizados em atividades de reparo e manutenção e reconhecidos no custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos.

### Método de depreciação

A depreciação do exercício foi apropriada ao custo de produção do exercício ou às despesas gerais quando aplicável. O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa revisada - % Média ponderada
Imóveis e construções	8
Máquinas, equipamentos	13
Móveis e utensílios	18
Veículos	25
Computadores e periféricos	32

### Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

Anualmente, a Companhia e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas ("impairment") na recuperabilidade dos investimentos para incremento de produção e perfuração de poços, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 2.8. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (vide nota explicativa nº 3). Em 2020, a Companhia não identificou indicativos de impairment para seus ativos.

### Bens dados em garantia

A controlada Recôncavo America LLC possui uma sonda de perfuração terrestre dada em garantia do processo de execução fiscal nº 0000566-44.2011.805.0164, movido contra a controladora, cujo valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2020 é de zero (zero em 31 de dezembro de 2019 e R\$649, em 31 de dezembro de 2018).

Como parte da contratação do financiamento bancário, a controlada Potiguar deu em garantia (i) os direitos emergentes dos contratos de concessão dos 34 campos pertencentes ao Polo Riacho da Forquilha, (ii) sua posição nos contratos de compra e venda de petróleo, gás natural e participação no descomissionamento de poços, todos celebrados com a Petrobras, (iii) o estoque de petróleo, (iv) os equipamentos e maquinários de sua titularidade, (v) 100% de suas ações e (vi) os direitos creditórios referentes: (a) aos contratos de compra e venda de petróleo, gás natural e participação no descomissionamento de poços, (b) às apólices de seguro, (c) aos contratos de Swaps celebrados com Banco ABC, Goldman Sachs, Itaú Unibanco e Morgan Stanley e (d) às garantias outorgadas no âmbito dos contratos cedidos.

## 10. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional	31.107	21.454	30.231	73.681	38.720	30.822
Em moeda estrangeira	1.702	25	406	5.030	1.118	406
Partes relacionadas (Nota nº 17)	16.213	2.959	1.877	1.378	2.677	1.312
<b>Total</b>	<b>49.022</b>	<b>24.438</b>	<b>32.514</b>	<b>80.089</b>	<b>42.515</b>	<b>32.540</b>



## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
FINEP	2.734	4.263	5.491	2.733	4.263	5.491
Empréstimos bancários	-	-	-	926.501	791.651	-
Custos a amortizar	-	-	-	(35.194)	(51.895)	-
<b>Total</b>	<b>2.734</b>	<b>4.263</b>	<b>5.491</b>	<b>894.040</b>	<b>744.019</b>	<b>5.491</b>
Total circulante	1.355	1.355	1.183	212.931	35.320	1.183
Total não circulante	1.379	2.908	4.308	681.109	708.699	4.308

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.491	5.491
Adições	-	807.160
Custo de aquisição	-	(52.871)
Amortização do custo de aquisição	-	976
Pagamentos de principal	(1.393)	(1.393)
Juros pagos	(464)	(464)
Juros provisionados	629	4.569
Variação cambial	-	(19.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.263	744.019
Pagamentos de principal	(1.522)	(104.585)
Juros pagos	(308)	(67.929)
Juros provisionados	301	72.881
Amortização do custo de aquisição	-	16.848
Variação cambial	-	232.806
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.734	894.040

	Controladora		Consolidado	
	R\$	US\$	R\$	US\$

Análise de empréstimos por moeda

31 de dezembro de 2020:

FINEP	2.374	-	2.374	-
Empréstimos bancários	-	-	-	171.514

31 de dezembro de 2019:

FINEP	4.263	-	4.263	-
Empréstimos bancários	-	-	-	185.023

31 de dezembro de 2018:

FINEP	5.491	-	5.491	-
-------	-------	---	-------	---

Abaixo apresentamos o cronograma de vencimento dos empréstimos classificados no não circulante:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	1.103	253.972
2023	276	283.234
2024	-	143.903
2025	-	-
Total	<u>1.379</u>	<u>681.109</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu financiamento perante a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com o objetivo de financiar atividades relacionadas ao plano de inovação da PetroRecôncavo dos próximos 36 meses. O total contratado foi de R\$10.691, com uma taxa de juros de TJLP + 2,0% ao ano, carência de 24 meses e o prazo total de 84 meses. O montante contratado será disponibilizado à Companhia em três parcelas anuais, sendo que o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 refere-se à liberação de duas parcelas. Não há cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) relacionadas a esse financiamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia optou por não receber a terceira parcela do financiamento. Não há penalidades previstas em caso de uma das parcelas não ser recebida. Como garantia desse financiamento a Companhia precisa manter saldos em aplicações financeiras vinculadas e em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$9.993 estava registrado nessa rubrica (2019, R\$1.191).

A Controlada Potiguar adquiriu, em 25 de abril de 2019, empréstimo com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. O total contratado foi de US\$232.000, com taxa de juros de 6,3% acima da LIBOR para 3 meses, sendo que o recebido até 31 de dezembro de 2019 foi de US\$195.428. A Potiguar deve manter aplicações financeiras como garantia para o empréstimo com valor contábil de no mínimo R\$126.603, esse mesmo valor está mantido com a instituição financeira e está registrado na rubrica de aplicações financeiras. O empréstimo será pago em parcelas trimestrais até abril de 2024, sendo que o período de carência do principal se encerrou em 25 de julho de 2020. Adicionalmente, o contrato estabelece condições para distribuição de dividendos, sendo as principais:

- Distribuição de dividendos somente após o período de carência, que expirou em 25 de julho de 2020. Não pagamento de dividendos oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2019. Em virtude dessa cláusula restritiva, a Companhia e suas controladas cancelaram os dividendos mínimos obrigatórios contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as respectivas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30 de junho de 2020, com exceção da controlada Recôncavo, cuja Assembleia Geral Ordinária ainda não foi realizada. A Administração da Companhia recomendará os acionistas da Recôncavo E&P S.A. na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima.
- Preço médio do Petróleo Brent no ano fiscal anterior não poderá ser menor que US\$45/bbl.
- O preço médio do Petróleo Brent na data final do último trimestre não poderá ser menor que US\$45 bbl. A Potiguar tem que estar adimplente com todas as obrigações contratuais.
- A Companhia e suas controladas precisam estar aderentes à todas as cláusulas de vencimento antecipado (covenants).

Em 31 de Dezembro de 2019, a PetroRecôncavo, a Potiguar e a Recôncavo constituíram dividendos mínimos obrigatórios nos valores de R\$12.894, R\$2.644 e R\$304, respectivamente, conforme notas explicativas nº 8 e nº 16. Tais dividendos foram cancelados nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui obrigações atendidas relacionadas aos contratos de dívida (“covenants”), com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras da controlada Potiguar no prazo de 90 dias auditadas por auditores independentes; (ii) cláusula onde a Companhia e suas controladas se comprometem a não criar gravames sobre seus ativos para garantia de dívidas além dos permitidos; (iii) cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios incluindo (mas não limitado) às leis ambientais; (iv) cláusulas em contratos de financiamento que exigem que a Companhia e suas controladas conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e às leis antilavagem de dinheiro e que instituem e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento. Adicionalmente, o financiamento da Controlada Potiguar inclui cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento.

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações são as seguintes:

- No último dia de cada trimestre fiscal (a começar em 31 de dezembro de 2020), o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) da Controlada Potiguar não deve ser maior que:
  - 2,5 ao final do ano fiscal de 2020.
  - 2,25 durante o ano fiscal de 2021.
  - 2,0 durante o ano fiscal de 2022.
  - 1,5 durante o ano fiscal de 2023 em diante.
- No último dia de cada trimestre fiscal, o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) consolidado do Grupo não deve ser maior que 2,5.
- No último dia de cada ano fiscal, o Indicador de Cobertura do Ativo (PV-10 das reservas Provas sobre Dívida Bruta) da Controlada Potiguar não deve ser menor que 1,5.
- Em qualquer momento, o Caixa Livre (Caixa e Equivalentes, incluindo Contas Vinculantes relacionadas ao Empréstimo) da Controlada Potiguar não deve ser menor que R\$20.000.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Grupo cumpriu as cláusulas restritivas aplicáveis.

Os bens dados em garantia do contrato foram divulgados na nota explicativa nº 9.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(69.803)	64.991	88.320	(117.637)	71.838	88.694
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	23.733	(22.097)	(30.029)	39.412	(24.425)	(30.156)
Equivalência patrimonial	(26.690)	5.260	1.457	-	-	-
Equivalência patrimonial de investida no exterior (a)	(5.531)	-	-	-	-	-
Baixa de créditos de impostos	-	(960)	(2.316)	-	(961)	(2.316)
Efeito nos impostos diferidos oriundos da extensão do benefício fiscal	-	11.227	-	-	11.227	-
Outros	(2.608)	(3.704)	(1.758)	(4.119)	(2.271)	(914)
Redução - incentivo fiscal	-	8.105	17.275	-	8.274	17.641
Imposto de renda e contribuição social	<u>(11.096)</u>	<u>(2.169)</u>	<u>(15.371)</u>	<u>35.878</u>	<u>(8.156)</u>	<u>(15.745)</u>

(a) Conforme lei 12.973 de 13 de maio de 2014 a partir de 1º de janeiro de 2020 o lucro da controlada Reconcavo America passou a ser computado na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL da Companhia.

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos é decorrente, basicamente, da diferença temporária da provisão para abandono de poços, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de controladas (impostos ativo) e, diferido sobre o saldo do valor justo de instrumentos financeiros derivativos da controlada Potiguar e adoção de CPC (impostos passivos).

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>						
Provisão para abandono de poços	3.711	3.598	3.272	5.243	4.051	3.707
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.748	-
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	39.220	648	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.688	423	287	1.688	423	321
Outras	3.124	1.740	1.299	3.887	1.870	1.308
Total	<u>8.523</u>	<u>5.761</u>	<u>4.858</u>	<u>50.038</u>	<u>8.740</u>	<u>5.336</u>
<b>Passivo</b>						
Adoção CPC (imobilizado) (a)	6.041	7.462	18.757	6.414	7.943	19.262
Diferido sobre derivativos	-	-	-	40.527	-	-
Outras	-	-	-	27	-	-
Variação cambial não realizada	-	-	-	-	6.612	-
Total	<u>6.041</u>	<u>7.462</u>	<u>18.757</u>	<u>46.968</u>	<u>14.555</u>	<u>19.262</u>
Total imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>2.482</u>	<u>(1.701)</u>	<u>(13.899)</u>	<u>3.070</u>	<u>(5.815)</u>	<u>(13.926)</u>

(a) Refere-se a diferenças temporárias entre base contábil e tributária, decorrente da adequação das demonstrações financeiras da Companhia às IFRS.

A Administração considera que os impostos ativos decorrentes das provisões temporárias serão realizados na proporção que os poços forem abandonados e que as contingências e demais provisões forem realizadas.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	3.124	38.295
2022	2.034	7.686
2023	573	809
2024	937	1.324
2025 em diante	<u>1.855</u>	<u>1.924</u>
	<u><u>8.523</u></u>	<u><u>50.038</u></u>

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

#### 13.1. Perdas prováveis - trabalhistas e fiscais

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Processos trabalhistas	3.594	2.777	1.884	3.594	2.777	1.884
Processos fiscais	<u>1.371</u>	-	-	<u>1.371</u>	-	<u>221</u>
Total	<u><u>4.965</u></u>	<u><u>2.777</u></u>	<u><u>1.884</u></u>	<u><u>4.965</u></u>	<u><u>2.777</u></u>	<u><u>2.105</u></u>

#### Movimentação da provisão

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.884	2.105
Provisões constituídas	1.133	1.133
Provisões revertidas	<u>(240)</u>	<u>(461)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.777	2.777
Provisões constituídas	2.604	2.604
Provisões revertidas	<u>(416)</u>	<u>(416)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>4.965</u></u>	<u><u>4.965</u></u>

A Companhia possui 48 processos trabalhistas (2019, 49, e 2018, 67), sendo 21 (2019, 20, e 2018, 17) deles classificados como perdas prováveis. A maior parte destas ações trabalhistas estão vinculados a empresas terceirizadas, em que a PetroRecôncavo consta como responsável subsidiária no processo.

## 13.2. Perdas possíveis - trabalhistas, cíveis e previdenciárias

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, litígios com probabilidade de perda possível, com base na opinião da Administração e de seus consultores jurídicos, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Processos tributários	25.608	27.775	23.292	25.608	27.803	23.292
Processos trabalhistas	1.041	2.304	2.989	1.041	2.304	2.989
Processos regulatórios	-	-	-	-	-	258
Processos cíveis	1.365	1.375	-	1.375	1.375	-
Processos ambientais	-	500	-	-	500	-

Os processos tributários são compostos por causas pulverizadas de tributos federais.

Os processos trabalhistas são compostos por causas pulverizadas de ex-colaboradores e principalmente processos de responsabilidade subsidiária requerendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade, dentre outras.

## 14. PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.623	10.902
Atualização	1.109	1.254
Constituição de provisão	-	18.069
Revisão de estimativas	(150)	(243)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.582	29.982
Atualização	1.740	5.480
Constituição de provisão	-	6.624
Revisão de estimativas	(1.408)	(1.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.914	40.111
Total do passivo circulante	-	6.301
Total do passivo não circulante	10.914	33.810

As principais premissas para constituição / atualização da provisão para abandono de poço são as seguintes:

- Os custos com abandono de poços e desmantelamento de áreas são registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos.
- As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a uma taxa de risco de 12% a.a.
- As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. As revisões anuais da vida útil dos poços são feitas com base no relatório de reservas emitido anualmente pelos certificadores independentes de reservas da Companhia. A revisão de estimativas ocorrida no exercício decorre da revisão da vida útil e da redução do custo de abandono de cada poço.

- As estimativas dos custos com abandono foram calculadas e contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações para os poços cuja vida útil não ultrapassa o final dos contratos de concessão de cada campo. Para os poços cuja estimativa de fim das reservas ultrapassa o final das concessões, a Companhia entende que não terá custo para abandono, uma vez que os mesmos ainda terão vida útil, mesmo após o final das concessões.

Com base no exposto acima, a Administração da Companhia entende que os montantes provisionados são suficientes para cobrir os custos esperados com abandono de poços.

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A controlada Potiguar firmou contratos de compensação com as contrapartes Itaú BBA, Morgan Stanley, Goldman Sachs e Banco ABC. Os derivativos são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros derivativos</u>		
Contratos a termo de commodity ativo circulante	80.506	693
Contratos a termo de commodity ativo não circulante	56.576	1.288
Total	137.082	1.981
<u>Passivos financeiros derivativos</u>		
Contratos a termo de commodity passivo circulante	-	(1.042)
Contratos a termo de commodity passivo não circulante	(17.886)	(6.079)
Total	(17.886)	(7.121)
Contratos a termo de commodity líquido	119.196	(5.140)

### a) Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

	Controladora	Consolidado
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da liquidação	14.740	14.569
Liquidação de contratos de derivativos	(14.740)	(14.569)
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da cisão	54.234	-
Cisão da PetroRecôncavo e incorporação na Potiguar (nota nº 16.h)	(54.234)	54.234
Valor justo dos instrumentos financeiros não realizados	-	(59.374)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(5.140)
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da liquidação	43.025	153.969
Liquidação de contratos de derivativos	(43.025)	(153.969)
Valor justo dos instrumentos financeiros não realizados	-	124.336
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	119.196

Em 25 de abril de 2019, a controlada Potiguar, tendo a PetroRecôncavo como Patrocinadora, assinou contrato de financiamento com três diferentes bancos para pagamento de parte do valor decorrente da aquisição de um conjunto de 34 campos de petróleo e gás natural. No intuito de proteger resultados futuros e gerenciar os riscos do não cumprimento desse empréstimo, utilizou operações de “hedge” de fluxo de caixa, fixando os preços futuros do petróleo tipo “brent”, salvaguardando-se de variações do mercado.

Enquanto não assumisse a operação do Polo Riacho da Forquilha, o contrato mencionado obrigava a PetroRecôncavo a firmar contratos de “hedge” que representavam:

- 85% do volume líquido de suas reservas Provadas, Desenvolvidas, Produzindo (“PDP”) protegidas para os próximos 24 meses.
- 57% do volume líquido de suas reservas PDP protegidas para os outros 12 meses, totalizando 36 meses de proteção.

Vale destacar que tais volumes eram mensurados conforme Relatório de Reservas emitido pelo perito “Netherland Sewell & Associates Inc.” (“NSAI”), mitigando o risco de especulação.

Após a aquisição do Polo e controle da operação pela Potiguar, os contratos em aberto na PetroRecôncavo foram transferidos para a Potiguar, e novos derivativos foram contratados para manter seus volumes líquidos protegidos da seguinte maneira:

- Para os meses 1 a 12, (i) no mínimo 85% de suas reservas PDPs ou (ii) 80% de suas reservas 1P, limitados a 95% de suas reservas 1P.
- Para os meses 13 a 24, no mínimo 60% de suas reservas 1P, limitados a 75% de suas reservas 1P.
- Para os meses 25 a 36, no mínimo 40% de suas reservas 1P, limitados a 55% de suas reservas 1P.

No momento do fechamento da aquisição dos ativos, em 10 de dezembro de 2019, a Potiguar contratou derivativos adicionais para estar alinhada com as regras do contrato de financiamento.

A contratação de derivativos para proteger parte da produção líquida atestada por perito independente se mostrou útil para o mercado de petróleo, cujas variações da commodity impactam fortemente os resultados da Companhia.

O Grupo aplicou contabilidade de “hedge” em relação ao fluxo de caixa altamente provável de vendas de petróleo. A existência de um relacionamento econômico foi determinada no momento da designação e prospectivamente através da comparação dos termos críticos do instrumento de “hedge” e do item objeto de “hedge”. O Grupo contratou derivativos para sua estratégia de “hedge” para proteção de um percentual do volume da produção estimada, conforme mencionado anteriormente.

Em relação aos requisitos para a efetividade do “hedge”, a administração concluiu que:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.
- O efeito de risco de crédito não influencia de maneira significativa as alterações no valor justo da relação econômica dos instrumentos de “hedge”.

O índice de “hedge” da relação de proteção é de 1:1 e é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a Companhia efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “hedge” que a Companhia efetivamente utiliza para proteger a quantidade de item protegido.



## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$674.941 (2019, R\$669.295 e 2018, R\$211.408) e está representado por 82.962.761 (oitenta e duas milhões, novecentas e sessenta e duas mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias (2019, 82.962.761 e 2018, 46.691.917) e 949.005 (novecentas e quarenta e nove mil e cinco) ações preferenciais (2019, 546.638 e 2018, 508.480), sem direito a voto, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, assim distribuídos:

Acionista	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
PetroSantander Luxembourg Holdings S.a.r.l.	41.268.358	-	41.268.358	-	23.191.740	-
Opportunity Holding Fip	29.303.769	-	29.303.769	-	11.595.870	-
Perbras - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda	6.261.652	-	6.261.652	-	6.261.652	-
Eduardo Cintra Santos	3.035.828	-	3.035.828	-	2.667.109	-
Eduardo Figueira Santos	2.667.109	-	2.667.109	-	2.667.109	-
Outros acionistas	426.045	949.005	426.045	546.638	308.437	508.480
<b>Total</b>	<b>82.962.761</b>	<b>949.005</b>	<b>82.962.761</b>	<b>546.638</b>	<b>46.691.917</b>	<b>508.480</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu 271.320 (duzentos e setenta e um mil trezentos e vinte) novas ações preferenciais, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$13,560498 totalizando R\$3.679 e 142.916 (cento e quarenta e duas mil novecentas e dezesseis) novas ações preferenciais, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$13,767723 totalizando R\$1.967. O total do aumento de capital no período foi de R\$5.646 e todos os aumentos de capital foram totalmente integralizados no período.

A Companhia adquiriu durante o exercício de 2020 11.869 ações preferenciais, ao preço médio de R\$11,85, exercendo o seu direito de preferência em caso de desligamento de colaboradores acionistas da Companhia, conforme previsto no contrato de subscrição de ações. As ações foram adquiridas pelo valor justo estimado, que foi calculado pelo método de múltiplos de valor de mercado de empresas comparáveis. Todas as ações foram canceladas pela Companhia no momento da recompra.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram emitidas 36.270.844 (trinta e seis milhões, duzentos e setenta mil, oitocentos e quarenta e quatro) ações ordinárias e 38.158 (trinta e oito mil, cento e cinquenta e oito) ações preferenciais a um preço de subscrição de R\$13,560498, totalizando R\$492.368, aumentando o capital social da Companhia nesse montante. Todas as ações foram subscritas pelos acionistas da Companhia, mediante aporte de capital. Tal aporte foi feito com o objetivo de pagar parte da aquisição do conjunto de 34 campos terrestres adquiridos pela controlada Potiguar.

Em 31 de outubro de 2019, foi cindido o patrimônio líquido da PetroRecôncavo e o acervo líquido cindido foi incorporado na controlada Potiguar no montante de R\$88.715 que inclui saldos de ajuste de avaliação patrimonial relativos às operações em aberto de "hedge" no montante de R\$54.234 e capital social de R\$34.481, vide nota explicativa nº 16.h.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva de capital & reserva de lucros - Redução de imposto de renda

A Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar gozam do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações (ver nota explicativa nº 2.14).

O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos. A reserva de capital foi utilizada até o exercício de 2007.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07 - Subvenção e Assistências Governamentais, a parcela de incentivo fiscal apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$8.105, (2018, R\$17.275) foi transferida de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros) quando do encerramento do exercício.

c) Reserva para reinvestimento

Registra a retenção acumulada de lucros para reinvestimento; a retenção de lucros está sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Caberá também à Assembleia Geral Ordinária destinar a parcela das reservas de lucros que ultrapassarem o valor do capital social.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

No exercício de 2019, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$3.141 (2018, R\$3.647). Não houve constituição em 2020.

e) Lucro (prejuízo) por ação

	Controladora		
	2020	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido	(80.899)	62.823	72.949
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	83.768.949	53.191.816	47.148.926
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária e preferencial - R\$	(0,9657)	1,1811	1,5472
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais e das opções de ações ordinárias emitidas	84.367.746	603.797	603.797
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	<u>(0,9589)</u>	<u>1,1678</u>	<u>1,5276</u>

## f) Dividendos propostos

Conforme estatuto social, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido, deduzido de eventuais prejuízos acumulados, ajustado pelas reservas legal, de incentivo fiscal e de contingências, caso haja.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (prejuízo) líquido	(80.899)	62.823	72.949
Reserva legal	-	(3.141)	(3.647)
Reserva de incentivo fiscal	-	(8.105)	(17.275)
Base para cálculo	-	51.577	52.027
Percentual	25%	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>-</u>	<u>12.894</u>	<u>13.007</u>

	<u>Controladora e consolidado</u>
Dividendos em 31 de dezembro de 2018	2
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	<u>12.894</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.896
Dividendos mínimos obrigatórios cancelados	<u>(12.894)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, o contrato de financiamento obtido com o intuito de financiar parte da aquisição do Polo Riacho da Forquilha, proíbe o pagamento de dividendos pela Companhia e suas controladas oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2020. Considerando essas restrições, e de forma similar a 2019, a Administração da Companhia recomendará os acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima.

Em 31 de dezembro de 2019 a PetroRecôncavo, a Potiguar e a Recôncavo constituíram dividendos mínimos obrigatórios nos valores de R\$12.894, R\$2.644 e R\$304, respectivamente. Tais dividendos foram cancelados nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30 de junho de 2020, com exceção da Recôncavo, cuja Assembleia Geral Ordinária ainda não foi realizada. A Administração da Companhia recomendará os acionistas da Recôncavo E&P S.A. na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima.

## g) Pagamentos baseados em ações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu 271.320 (duzentas e setenta e um mil trezentos e vinte) novas ações preferenciais, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$13,560498 totalizando R\$3.679 e 142.916 (cento e quarenta e duas mil novecentas e dezesseis) novas ações preferenciais, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$13,767723 totalizando R\$1.967. As novas ações emitidas nesse ato foram subscritas e integralizadas pelos administradores e colaboradores estratégicos da Companhia e contabilizado integralmente como despesa referente a pagamento baseado em ações, dentro do exercício de 2020, nas contas de pagamento baseado em ações. O efeito total no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, líquido dos valores integralizados pelos executivos como parte do programa refere-se à integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no montante de(R\$304) foi de R\$5.342.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e de 2016, a Companhia concedeu a colaboradores que ocupam posições estratégicas um plano de remuneração baseado em opções de ações. Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções possuem um período de carência para exercício, sendo que a carência de um terço das opções vence a cada ano após a data da outorga. Passado o período de carência, as opções podem ser exercidas a qualquer momento até a data em que expiram.

Os seguintes contratos de pagamentos baseados em ações vigoraram durante o exercício de 31 de dezembro de 2020:

Série de Opções	Quantidade	Data de outorga	Data de validade	Preço de exercício R\$	Valor justo na data da outorga R\$
Emitida em 10 de outubro de 2013	188.054	10/10/2013	09/10/2023	20,73	15,84
Emitida em 20 de agosto de 2014	215.743	20/08/2014	19/08/2024	21,41	16,99
Emitida em 13 de maio de 2016	195.000	13/05/2016	12/05/2026	14,81	11,93

O montante do valor justo estimado das opções reconhecido como despesas gerais e administrativas, em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$127 (2018, R\$492). Não há saldo restante do valor justo estimado a ser reconhecido no resultado nos próximos exercícios, uma vez que os períodos de carência expiraram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.530
Efeito no resultado de pagamentos baseados em ações liquidados com opções de ações	127
Saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2020	12.657

Não há saldo restante do valor justo estimado a ser reconhecido no resultado nos próximos exercícios, uma vez que os períodos de carência expiraram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, nenhuma opção concedida pela Companhia foi exercida ou estava vencida.

#### h) Cisão parcial e transação de capital

Em 31 de outubro de 2019, a PetroRecôncavo fez a cisão parcial do seu patrimônio líquido e seus acionistas incorporaram o acervo líquido cindido na Controlada Potiguar no montante de R\$88.715 com base em laudo de avaliação emitido por empresa de avaliação independente. O acervo líquido cindido apresentado na data da cisão assim como na posterior incorporação da Potiguar está a seguir demonstrado, o qual não teve efeito no fluxo de caixa:

Ativo	Parcela cindida em 31/10/2019	Acervo líquido	Parcela cindida em 31/10/2019
<u>Circulante</u>			
Instrumentos financeiros derivativos	28.484	Capital social	34.481
		Ajuste de avaliação patrimonial	54.234
<u>Não circulante</u>			
Outros ativos	34.481		
Instrumentos financeiros derivativos	25.750		
Total dos ativos não circulantes	60.231		
Total dos ativos	88.715	Total do acervo líquido	88.715

Em ato contínuo os acionistas da Potiguar cederam para a Petrorecôncavo os investimentos oriundos do acervo líquido incorporado na Potiguar o qual foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Petrorecôncavo em investimento e no patrimônio líquido como “transação de capital”, vide nota explicativa nº 8. (ii)

#### i) Ajustes de avaliação patrimonial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a controlada Potiguar reconheceu a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos, líquido de impostos, que são designados e qualificados como “hedge” de fluxo de caixa no montante de R\$82.062 (2019, R\$3.391).

## 17. PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<u>Saldos</u>						
Outros ativos:						
Recôncavo E&P (d)	256	84	88	-	-	-
PetroSantander USA	-	31	57	-	31	57
PetroSantander Romênia	-	-	35	-	-	35
PetroSantander Colômbia	-	-	7	-	-	7
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda. (g)	-	6	-	-	6	-
Potiguar (i)	2.854	1.723	-	-	-	-
Total	3.110	1.844	187	-	37	99
Dividendos a receber:						
Recôncavo E&P	304	304	-	-	-	-
Potiguar	-	2.644	-	-	-	-
Total de dividendos a receber	304	2.948	-	-	-	-

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Partes relacionadas:</b>						
Mútuos - Recôncavo						
América LLC (a)	-	108	5.461	-	-	-
Mútuos - Potiguar E&P (h)	15.983	2.561	-	-	-	-
Outros créditos – Potiguar	4.477	4.485	-	-	-	-
<b>Total partes relacionadas</b>	<b>20.460</b>	<b>7.154</b>	<b>5.461</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores:</b>						
Recôncavo E&P (d)	-	-	117	-	-	-
Potiguar S.A.	205	-	-	-	-	-
Recôncavo America LLC (c)	15.229	454	448	-	-	-
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda. (e)	527	1.162	290	1.126	1.418	290
PetroSantander Management Inc. (f)	-	-	1.020	-	-	1.020
PetroSantander Holdings GMBH	-	977	-	-	977	-
PetroSantander Colômbia	-	366	2	-	282	2
PetroSantander USA	252	-	-	252	-	-
<b>Total</b>	<b>16.213</b>	<b>2.959</b>	<b>1.877</b>	<b>1.378</b>	<b>2.677</b>	<b>1.312</b>
<b>Transações</b>						
<b>Outras receitas:</b>						
Recôncavo E&P (b)	1.027	-	567	-	-	-
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda.	-	6	-	-	6	-
PetroSantander USA	-	28	331	-	28	331
PetroSantander Colômbia	-	122	75	-	122	75
Potiguar	8.747	1.723	-	-	-	-
Receitas financeiras:						
Recôncavo América LLC (a)	-	-	338	-	-	-
<b>Custo com serviços/materiais:</b>						
Recôncavo América LLC (j)	(8.597)	(6.532)	(5.562)	-	-	-
Recôncavo E&P	-	(56)	(552)	-	-	-
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda. (e).	(6.007)	(6.656)	(1.338)	(6.647)	(7.086)	(1.338)
PetroSantander Management Inc.	-	-	(305)	-	-	(305)
PetroSantander Colômbia (f)	(109)	(369)	(2)	(109)	(369)	(2)
Interservice	-	(325)	(286)	-	(325)	(286)
<b>Despesas gerais e administrativas:</b>						
Recôncavo E&P (d)	498	387	253	-	-	-
Potiguar (d)	12	-	-	-	-	-
PetroSantander Management Inc. (f)	(728)	(894)	(2.162)	(728)	(894)	(2.162)
PetroSantander Holdings GMBH	(689)	(847)	-	(689)	(847)	-
<b>Total</b>	<b>(5.846)</b>	<b>(13.413)</b>	<b>(8.643)</b>	<b>(8.173)</b>	<b>(9.365)</b>	<b>(3.687)</b>

(a) Refere-se a contratos de mútuo com a controlada Recôncavo America LLC para aquisição de equipamentos, sobre os quais incide variação cambial do dólar e juros de LIBOR acrescido de 3% a.a., o último contrato vencendo em maio de 2028, mas foram quitados antecipadamente durante o exercício de 2020.

- (b) Refere-se a sublocação das sondas para a controlada Recôncavo E&P S.A.
- (c) Refere-se ao valor que a Petroreconcavo deve a Recôncavo América devido à aquisição dos equipamentos que aconteceu em dezembro de 2020. Esta operação foi realizada através do REPETRO SPED, que é um regime aduaneiro e tributário especial relativo ao setor de Óleo e Gás, que possibilita a produção, aquisição e/ou importação permanente ou temporária de bens utilizados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural com desoneração total ou parcial da cadeia.
- (d) As despesas comuns às Companhias são inicialmente assumidas pela controladora PetroRecôncavo e são proporcionalmente rateadas, registrando uma recuperação de despesa na controladora e uma consequente despesa na controlada.
- (e) A Companhia e suas controladas Reconcavo e Potiguar possuem transações com a acionista PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfuração Ltda., a qual realiza serviços com sondas de produção terrestres e outros serviços diversos de suporte à produção, suportado por contrato de prestação de serviço na modalidade de preços unitários, atualizados anualmente pelo IGP-M.
- (f) A Companhia possui transações com a PetroSantander Management Inc., a PetroSantander Colômbia e a PetroSantander Holdings GMBH que prestam assistência técnica e consultoria especializada na modalidade de "homem hora" relativa à exploração e produção de poços de petróleo, cujo contrato de prestação de serviço não prevê encargos financeiros.
- (g) Refere-se a contratos de mútuo com a controlada Potiguar para capital de giro, sobre os quais incide juros correspondentes a taxa SELIC.
- (h) Refere-se a venda de materiais para a controlada Potiguar.
- (i) Trata-se de arrendamentos operacionais de sondas e outros equipamentos conforme mencionado na nota explicativa nº 23. Esses arrendamentos estiveram vigentes durante todo o exercício de 2020, uma vez que a venda das sondas e equipamentos foi realizada apenas em dezembro, conforme descrito na nota (c).

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo-Diretoria (a)	3.532	3.260	1.872	3.557	3.284	1.895
Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração (a)	360	360	360	360	360	360
Outros benefícios (b)	3.567	2.176	1.424	4.430	2.176	1.424
Pagamento baseado em ações (c)	3.776	-	1.198	3.776	-	1.198
Total	<u>11.235</u>	<u>5.796</u>	<u>4.854</u>	<u>12.123</u>	<u>5.820</u>	<u>4.877</u>

- (a) Refere-se ao pró-labore dos diretores e dos conselheiros da Companhia.
- (b) Refere-se às contribuições feitas pela Companhia em plano de previdência privada, participação nos lucros e bônus por desempenho.
- (c) a PetroRecôncavo concedeu aos seus administradores ações emitidas pela Companhia, como parte do pagamento anual aos executivos.

A Companhia e suas controladas efetuaram contribuições previdenciárias (INSS) relacionadas à remuneração dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.392 (2019, R\$1.125 e 2018, R\$941), que, quando somadas à remuneração, totaliza o montante de R\$14.515 (2019, R\$6.945 e 2018, R\$5.818).

A remuneração da Diretoria é determinada pelo Conselho de Administração considerando o desempenho da Companhia e dos profissionais, além das tendências de mercado. A remuneração do Conselho de Administração é determinada pelos acionistas e é composta apenas por uma parcela fixa. A remuneração máxima definida para o exercício de 2020 pela Controladora foi de R\$11.235.

## 18. DIREITOS E COMPROMISSOS COM A ANP - AGÊNCIA DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

Em 2002 a Companhia adquiriu a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural no bloco BT-REC-10, com uma área original de 312,9 Km<sup>2</sup>, a qual foi transferida para a controlada Recôncavo E&P S.A. mediante integralização de capital. Neste bloco a Companhia reativou, com sucesso, os campos de Lagoa do Paulo, Lagoa do Paulo Sul, Lagoa do Paulo Norte e Acajá-Burizinho, todos na Bacia do Recôncavo Baiano. Em 2004, a Companhia participou da Sexta Rodada de Licitações e adquiriu dois blocos, BT-REC-14 e BT-REC-17, localizados também na Bacia do Recôncavo Baiano. No BT-REC-14 reativou a produção de um poço abandonado e declarou a comercialidade do campo de Juriti. O BT-REC-17 foi devolvido à ANP após cumprimento do Programa Exploratório Mínimo. Em novembro de 2007, a Companhia participou da Nona Rodada de Licitações e foi vencedora na aquisição do bloco REC-T-225, com uma área de aproximadamente 15,3 km<sup>2</sup>, localizado também na Bacia do Recôncavo Baiano. O BT-REC-225 foi devolvido em 2011 à ANP após cumprimento do Programa Exploratório Mínimo.

Em 2019, a controlada Potiguar adquiriu a participação da Petrobras nos campos Acauã, Asa Branca, Baixa do Algodão, Baixa do Juazeiro, Boa Esperança, Brejinho, Cachoeirinha, Cardeal, Colibri, Fazenda Curral, Fazenda Junco, Fazenda Malaquias, Jaçanã, Jandui, Juazeiro, Leste de Poço Xavier, Livramento, Lorena, Maçarico, Pajeú, Pardal, Patativa, Paturi, Poço Xavier, Riacho da Forquilha, Rio Mossoró, Sabiá, Sabiá Bico de Osso, Sabiá da Mata, Sibite, Três Marias, Trinca Ferro, Upanema e Varginha, cujas operações iniciaram em 10 de dezembro de 2019. A Potiguar é a operadora de todas as concessões acima listadas, com exceção: (i) dos campos de Sabiá Bico de Osso e Sabiá da Mata que atualmente são operados pela Sonangol Hidrocarbonetos S.A.; (ii) dos campos de Cardeal e Colibri que atualmente são operados pela Partex.

Pelos termos dos contratos de concessão mencionados acima, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantidos os direitos de desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

As seguintes participações governamentais e de terceiros deverão ser pagas pela Companhia em decorrência da retenção e das atividades nesses campos:

Participações	Detalhes
“Royalties”	No percentual de 7,8% até 10% aplicado sobre a produção bruta de petróleo e/ou gás natural, a partir da data de início da produção comercial da Área de Concessão (2020, R\$46.866; 2019, R\$2.943; 2018, R\$958).
Participação especial	No montante definido no Decreto das Participações 2.705/98 e Portaria da ANP 10/99.
Pagamento pela ocupação ou retenção da Área de Concessão	Para cada campo existe um valor em R\$por quilômetro quadrado, que varia de acordo com o contrato de concessão de cada campo e com o estágio de operação de cada campo, que podem ser: (i) fase de exploração; (ii) fase de desenvolvimento; e (iii) fase de produção. Todos os campos estão na fase de produção.
Pagamento aos proprietários de terra	Equivalente a 1% (um por cento) da produção de petróleo e gás natural, de acordo com a legislação brasileira aplicável (2020, R\$4.224; 2019, R\$291; 2018, R\$86).



## 19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receita bruta:						
Receita de prestação de serviços	282.314	329.447	314.296	282.314	329.447	314.296
Receita de produto vendido	-	-	-	633.599	42.590	9.746
Total	<u>282.314</u>	<u>329.447</u>	<u>314.296</u>	<u>915.913</u>	<u>372.037</u>	<u>324.042</u>
Impostos sobre prestação de serviços e vendas de produtos:						
PIS	(1.628)	(2.052)	(2.054)	(9.543)	(2.759)	(2.226)
COFINS	(7.509)	(9.469)	(9.479)	(43.973)	(12.727)	(10.270)
ISS	(8.886)	(12.037)	(11.878)	(8.886)	(12.037)	(11.878)
ICMS	-	-	-	(65.670)	(4.591)	-
Total	<u>(18.023)</u>	<u>(23.558)</u>	<u>(23.411)</u>	<u>(128.072)</u>	<u>(32.114)</u>	<u>(24.374)</u>
Receita líquida	<u>264.291</u>	<u>305.889</u>	<u>290.885</u>	<u>787.841</u>	<u>339.923</u>	<u>299.668</u>

As receitas operacionais brutas estão diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo Brent, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos e ao preço de venda do gás natural, commodity de uso industrial pela Petrobras para a distribuidora do Estado da Bahia.

## 20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Pessoal	(53.061)	(51.040)	(44.310)	(82.137)	(55.201)	(44.940)
Serviços	(29.212)	(33.403)	(29.560)	(38.297)	(37.245)	(30.617)
Consultoria, auditoria e honorários	(7.936)	(8.003)	(6.022)	(12.592)	(9.287)	(6.085)
Materiais	(28.014)	(23.006)	(14.680)	(55.355)	(25.248)	(16.176)
Aluguéis	(3.255)	(8.764)	(14.749)	(9.723)	(8.938)	(9.279)
Eletricidade	(29.690)	(35.501)	(30.117)	(45.832)	(38.618)	(30.966)
Outros impostos	(73)	(140)	(98)	(1.313)	(1.153)	(1.047)
Depleção, depreciação e amortização	(77.015)	(77.842)	(59.547)	(218.548)	(89.154)	(62.304)
Depreciação de direito de uso	(11.280)	(10.943)	-	(24.037)	(6.225)	-
Provisão para abandono de poço	1.408	151	-	1.975	243	-
Custos com Parcerias	-	-	-	(24.442)	(1.079)	-
Royalties	-	-	-	(46.866)	(3.234)	(958)
Pagamento baseado em ações e custos associados	(7.503)	(127)	(3.104)	(7.503)	(127)	(3.104)
Resultado de participações societárias	(78.500)	15.472	4.284	-	-	-
Licença ambiental	-	-	-	(9.795)	-	-
Outras	361	(3.924)	(4.840)	18.444	(4.211)	(4.604)
Total	<u>(323.770)</u>	<u>(237.070)</u>	<u>(202.743)</u>	<u>(556.021)</u>	<u>(279.477)</u>	<u>(210.080)</u>
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(214.636)	(229.910)	(185.736)	(510.600)	(253.367)	(187.387)
Gerais e administrativas	(37.428)	(28.064)	(23.593)	(47.486)	(31.525)	(24.763)
Outras receitas, líquidas	6.794	5.432	2.302	2.065	5.415	2.070
Resultado de participações societárias	(78.500)	15.472	4.284	-	-	-
Total	<u>(323.770)</u>	<u>(237.070)</u>	<u>(202.743)</u>	<u>(556.021)</u>	<u>(279.477)</u>	<u>(210.080)</u>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receitas financeiras:						
Juros líquidos	230	1.619	3.179	789	1.768	2.871
Juros de contrato de mútuo	41	166	-	-	-	-
Outras	-	16	49	-	17	49
<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>1.801</b>	<b>3.228</b>	<b>789</b>	<b>1.785</b>	<b>2.920</b>
Despesas financeiras:						
Juros sobre abandono de poços	(1.740)	(1.109)	(1.323)	(5.480)	(1.253)	(1.501)
Juros	(56)	(105)	(1.109)	(56)	(105)	(1.116)
Imposto de renda - remessas ao exterior	-	-	-	(12.155)	-	-
Impostos sobre receita financeira	-	(96)	-	-	(106)	-
Amortização do custo de captação	-	-	-	(16.848)	-	-
Perdas com aplicações financeiras líquidas	-	-	-	(4.560)	-	-
Juros com empréstimos	(301)	(1.146)	-	(72.881)	(6.067)	-
Juros com arrendamento mercantil	(2.124)	(1.450)	-	(4.079)	(1.189)	-
Outras despesas	(1.284)	(899)	(905)	(1.103)	(965)	(952)
<b>Total</b>	<b>(5.505)</b>	<b>(4.805)</b>	<b>(3.337)</b>	<b>(117.162)</b>	<b>(9.685)</b>	<b>(3.569)</b>
Variação cambial líquida:						
Variação cambial líquida	(5.090)	(824)	287	(278)	(157)	(245)
Variação cambial sobre financiamento	-	-	-	(232.806)	19.449	-
<b>Total</b>	<b>(5.090)</b>	<b>(824)</b>	<b>287</b>	<b>(233.084)</b>	<b>19.292</b>	<b>(245)</b>
<b>Total</b>	<b>(10.324)</b>	<b>(3.828)</b>	<b>178</b>	<b>(349.457)</b>	<b>11.392</b>	<b>(894)</b>

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## 22.1. Gestão de risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que suas operações e as de suas controladas possam continuar com suas atividades normais. A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas do seu segmento operacional. Historicamente a Companhia financiou suas operações com capital próprio, e possuía baixo endividamento com terceiros, não vinculados à Companhia. No exercício de 2019, a controlada Potiguar E&P S.A. adquiriu empréstimo com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. Os instrumentos de dívida atualmente em vigor referem-se a um leasing financeiro, um financiamento direcionado à inovação com a Finep, empréstimos bancários na controlada Potiguar e contratos de mútuo para repasse de numerários à controlada Recôncavo America LLC, cujos recursos foram utilizados para aquisição de sondas, sobre os quais incide variação cambial do dólar e juros de Libor acrescido de 3% a.a. Esses contratos com sua controlada, todavia, não têm impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da mesma (que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 16) e endividamentos bancários e com a Finep.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração avalia as eventuais necessidades (ou não) de financiamentos para as suas atividades e programas de investimento, bem como o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

## 22.2. Categoria de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

- Nível 1 - Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.
- Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

- Nível 3 - Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados como Nível 3 nessas demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos financeiros</b>							
Custo amortizado:							
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.663	19.977	17.180	30.861	56.265	20.027
Contas a receber de clientes	5	52.578	43.203	37.648	108.733	78.610	38.259
Aplicações financeiras	4	9.993	1.191	3.277	135.011	10.182	3.277
Partes relacionadas	17	20.460	7.154	5.461	-	-	-
Dividendos a receber	17	304	2.948	-	-	-	-
Depósitos judiciais	7	2.237	2.052	1.988	2.311	2.126	2.062
Valor justo por meio de resultado, porém em estratégia de “hedge” de fluxo de caixa e contabilizados em Outros resultados abrangentes:							
Instrumentos financeiros derivativos (i)	15	-	-	-	137.082	1.981	-
<b>Passivos financeiros</b>							
Custo amortizado:							
Fornecedores	10	49.022	24.438	32.514	80.089	42.515	32.540
Empréstimos e financiamentos	11	2.734	4.263	5.491	894.040	744.019	5.491
Dividendos a pagar	16.g	2	12.896	2	2	12.896	2
Valores a pagar de arrendamentos	23	11.095	25.380	1.343	22.887	26.128	1.343
Valor justo por meio de resultado, porém em estratégia de “hedge” de fluxo de caixa e contabilizados em Outros resultados abrangentes:							
Instrumentos financeiros derivativos (i)	15	-	-	-	17.886	7.121	-

- (i) Nível 2 - Instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

### 22.3. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos, todos derivativos contratados tem como objetivo mitigar os riscos oriundos das exposições da Companhia em suas atividades.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

#### Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

#### Caixa e equivalentes

Os depósitos bancários e investimentos são efetuados em instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovada pela Administração. Estas operações são realizadas com os Bancos do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco Opportunity, Banco Santander S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco S.A.

#### Contas a receber

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

Em decorrência das operações da Companhia e suas controladas Recôncavo E&P S.A. e Potiguar E&P S.A. estarem vinculadas exclusivamente à Petrobras S.A., os resultados da Companhia e de suas controladas podem ser afetados em virtude da dependência de apenas um cliente.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia tem risco baixo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com moderada participação de capital de terceiros. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos e dos instrumentos financeiros, por vencimento, é apresentado a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos a)	276.552	311.287	314.165	150.140	-	1.052.144
Instrumentos financeiros derivativos	121.276	106.223	51.194	7.716	-	286.409
Valores a pagar de arrendamentos	15.241	6.678	679	99	54	22.751

a) Fluxo projetado considerando a taxa referencial do contrato futura de acordo com os contratos futuros negociados na B3.

### Risco de mercado

#### *Risco de taxa de câmbio*

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 96% (2019, 88% e 2018, 89%) das receitas operacionais brutas da Companhia e de suas controladas estavam vinculadas à taxa de câmbio do dólar norte-americano no momento do faturamento, dado que se referiam à venda de óleo que está atrelada ao preço do “Brent”, que por sua vez é cotado em dólares norte-americanos. Já a maior parte dos custos da Companhia estava denominada em reais. Além disso, a controlada da Companhia localizada nos Estados Unidos da América, Reconcavo America LLC, possui alguns ativos financeiros em dólar norte-americano (depósitos bancários e aplicações financeiras), os quais são convertidos para Reais na data do balanço. A Controlada Potiguar adquiriu em 25 de abril de 2019, empréstimo em dólares norte-americanos com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. O total contratado foi de US\$232.000, com taxa de juros de 6,3% acima da LIBOR para 3 meses, sendo que o desembolsado até 31 de dezembro de 2019 foi de US\$195.428.

Atualmente a Companhia não está coberta contra variações na taxa de câmbio.

#### Análise de sensibilidade - moeda estrangeira

Em 31/12/2020- Saldos	Controladora					
	Risco	Taxa (a)	Exposição em moeda estrangeira - R\$	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Mútuo - empresa controlada	Baixa do US\$	5,445	15.983	16.749	12.562	8.375
Efeito no resultado				(766)	(3.421)	(7.609)
<u>Consolidado</u>						
Em 31/12/2020 – Saldos	Risco	Taxa (a)	Exposição em moeda estrangeira - R\$	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do US\$	5,445	7.900	8.277	6.208	4.139
Efeito no resultado				(377)	(1.692)	(3.761)
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	5,445	891.307	933.921	1.114.134	1.336.961
Efeito no resultado				42.614	222.827	445.654

(a) A taxa de conversão (R\$5,445 para US\$1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável, foram obtidas no Banco Central do Brasil e corresponde à taxa do dólar para 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 a taxa era de R\$5,1967

(b) O cenário A considera uma desvalorização do Dólar norte-americano em 25% sobre o Real e o cenário B uma desvalorização de 50% sobre o dólar efetivo de 31 de dezembro de 2020.

#### Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus ativos (aplicações) ou passivos (empréstimos) no mercado.

Na ponta ativa, a Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI, bem como possui contratos de mútuo expostos a taxas de juros flutuantes, em sua maioria, vinculadas à variação da LIBOR. Tais contratos de mútuo, todavia, não têm efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

No lado do passivo, os juros são reconhecidos a um spread de 6,3% mais LIBOR para 3 meses.

#### Análise de sensibilidade - taxas de juros

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas DI com base em taxas implícitas nas cotações de fechamento do contrato de DI futuro referente a dezembro de 2020.

Para a LIBOR, foi utilizada a última divulgação feita pela ICE, em 2 de fevereiro de 2021.

Além do cenário provável, a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

		Controladora				
	Risco	Taxa (a)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)	
<u>Ativo</u>						
Aplicação financeira	Baixa do CDI	3,19%	353	158	105	
Mútuo - empresa controladas	Baixa da Libor	6,51%	1.041	781	521	
Efeito no resultado			<u>1.184</u>	<u>728</u>	<u>415</u>	
		Consolidado				
	Risco	Taxa (a)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)	
<u>Ativo</u>						
Aplicação financeira	Baixa do CDI	3,19%	660	495	330	
Efeito no resultado			<u>267</u>	<u>102</u>	<u>(63)</u>	
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	Alta da Libor	6,49%	52.383	65.706	78.847	
Efeito no resultado			<u>5.683</u>	<u>(7.639)</u>	<u>(20.781)</u>	

(a) As taxas utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas da B3 e da ICE. e referem-se às taxas estimada para 2021.

(b) Os cenários A e B consideram uma desvalorização do indexador em 25% e 50% respectivamente sobre o efeito do CDI e da Libor em 31 de dezembro de 2020.

#### Risco dos preços das "commodities"

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 96% das receitas operacionais brutas da Companhia estavam diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo *Brent*, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos (2019, 87% e 2018, 89%).

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 3% das receitas operacionais brutas da Companhia estavam diretamente vinculadas ao preço de venda do gás natural commodity no Estado da Bahia, mais especificamente, ao preço de venda do gás natural commodity de uso industrial pela Petrobras para a distribuidora legal, Bahiagás (2019, 9% 2018, 6%).

Durante o ano de 2020, como forma de se proteger das volatilidades do mercado de petróleo, a Companhia realizou diversos contratos de "hedge", tendo protegido, durante esse período, um volume de quase 1.839 mil barris (62% da produção líquida de petróleo do ano) (2019, 607 mil barris, 47% da produção líquida de petróleo do ano) a um preço médio de US\$63,29/bbl (2019, US\$69,53/bbl).



Análise de sensibilidade - preços das “commodities”

	Risco redução do preço do:	Preço (a)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
Receita operacional bruta - Óleo	“Brent”	269,19	823.748	617.811	411.874
Receita operacional bruta - Gás	Gás natural	903,79	16.464	12.348	8.232
Instrumentos financeiros - “hedge”			109.663	237.483	365.302
Total			949.875	867.642	785.408
Provável efeito no resultado			48.207	(34.026)	(116.260)

- (a) Os preços das “commodities” utilizados na tabela de sensibilidade como cenário provável, em Dólar norte-americano, foram obtidas na agência de precificação de “commodities S&P Global Platts” e da Bahiagás e convertidas a Real pela cotação do período mais recente disponível.
- (b) Os cenários A e B consideram uma desvalorização do indexador em 25% e 50% respectivamente sobre o preço do Brent e do gás natural demonstrados no cenário provável.

A política da Companhia e suas controladas é a de contratar contratos a termo de commodity para gerir o risco de preço das commodities associado às transações futuras de até 36 meses. No exercício corrente, a controlada Potiguar designou determinados contratos a termo de commodity como “hedge” de fluxo de caixa de vendas com alta probabilidade. Uma vez que os termos críticos (isto é, quantidade, vencimento e fator subjacente) dos contratos a termo de commodity e seus correspondentes itens objetos de “hedge” são os mesmos, a Companhia conduz uma avaliação qualitativa da efetividade e espera-se que o valor justo dos contratos a termo de commodity e o valor dos correspondentes itens objeto de “hedge” mudem sistematicamente na direção oposta em resposta às movimentações no preço da commodity subjacente.

A tabela a seguir descreve os contratos a termo de commodity em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como as informações relacionadas aos seus correspondentes itens objeto de “hedge”. Os contratos a termo de “commodity” estão apresentados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” no balanço patrimonial (para maiores informações, ver nota explicativa nº 15):

“hedges” de fluxo de caixa

Instrumentos de “hedge” contratos em aberto	Consolidado		
	Preço médio do exercício 31/12/2020	Quantidade 31/12/2020	Valor justo dos instrumentos de “hedge” 31/12/2020
	US\$/barril	Em barris	R\$mil
Menos de 3 meses	59,31	497.600	22.304
De 3 a 6 meses	58,86	504.240	17.300
De 6 a 12 meses	58,03	1.069.910	40.902
De 1 a 2 anos	54,66	1.943.477	48.998
De 2 a 3 anos	47,62	1.075.100	(10.308)

Instrumentos de "hedge" contratos em aberto	Consolidado		
	Preço médio do exercício	Quantidade	Valor justo dos instrumentos de "hedge"
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
	US\$/barril	Em barris	R\$mil
Menos de 3 meses	64,96	312.997	(917)
De 3 a 6 meses	63,86	371.040	(383)
De 6 a 12 meses	62,42	649.000	951
De 1 a 2 anos	58,85	2.167.400	(2.233)
De 2 a 3 anos	56,67	1.306.777	(2.558)

## 23. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

### Direito de uso de arrendamento

Custo	Controladora				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<u>Ativos e direitos de uso</u>					
Em 1º de janeiro de 2019	771	29.285	-	5.957	36.013
(+) Adições por novos contratos	76	-	292	1.451	1.819
Em 31 de dezembro de 2019	847	29.285	292	7.408	37.832
(+) Adições por novos contratos	111	18.495	207	3.213	22.026
(-) Baixa de contratos	(126)	(37.872)	-	(4.731)	(42.729)
Em 31 de dezembro de 2020	832	9.908	499	5.890	17.129
<u>Depreciação acumulada</u>					
Em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-
Despesas do exercício	(224)	(8.276)	(33)	(2.410)	(10.943)
Em 31 de dezembro de 2019	(224)	(8.276)	(33)	(2.410)	(10.943)
Despesas do exercício	(231)	(9.035)	(143)	(1.871)	(11.280)
Baixa de contratos	87	14.182	-	1.353	15.622
Em 31 de dezembro de 2020	(368)	(3.129)	(176)	(2.928)	(6.601)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	464	6.779	323	2.962	10.528
Custo	Consolidado				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<u>Ativos e direitos de uso</u>					
Em 1º de janeiro de 2019	771	9.708	-	5957	16.436
Adições	244	15.431	292	1451	17.418
Em 31 de dezembro de 2019	1.015	25.139	292	7.408	33.854
Adições	111	27.704	710	5.499	34.024
Baixas por contratos encerrados	(154)	(23.799)	(93)	(4.730)	(28.776)
Em 31 de dezembro de 2020	972	29.044	909	8.177	39.102
<u>Depreciação acumulada</u>					
Em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-
Adições	(233)	(3.581)	(33)	(2.411)	(6.258)
Em 31 de dezembro de 2019	(233)	(3.581)	(33)	(2.411)	(6.258)
Depreciação	(309)	(19.633)	(231)	(3.864)	(24.037)
Baixas por contratos encerrados	193	10.327	-	1.353	11.873
Em 31 de dezembro de 2020	(349)	(12.887)	(264)	(4.922)	(18.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	623	16.157	645	3.255	20.680

A Companhia e suas controladas arrendam diversos ativos, incluindo imóveis, máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e veículos. O prazo médio de arrendamento é de 5 anos.

#### Valores a pagar de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	Controladora				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Adoção inicial em 01/01/2019	771	29.285	-	5.957	36.013
Adições	76	-	292	1.451	1.819
Pagamentos	(250)	(9.787)	(18)	(2.397)	(12.452)
Pagamento de juros	(40)	(965)	(3)	(443)	(1.451)
Juros	40	965	3	443	1.451
Saldo em 31 de dezembro de 2019	597	19.498	274	5.011	25.380
Adições	111	18.542	207	3.166	22.026
Baixa	(45)	(24.736)	(490)	(3.201)	(28.472)
Pagamento	(244)	(10.571)	(87)	(1.805)	(12.707)
Juros pagos	(64)	(1.532)	(76)	(452)	(2.124)
Juros	64	1.532	76	452	2.124
Variação cambial	-	4.867	-	-	4.867
Saldo em 31 de dezembro de 2020	419	7.600	(96)	3.171	11.094
Circulante					5.995
Não circulante					5.099

	Consolidado				
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Adoção inicial em 01/01/2019	771	9.708	-	5.957	16.436
Adições	244	15.141	292	1.741	17.418
Pagamentos	(250)	(4.414)	(18)	(3.044)	(7.726)
Juros pagos	(40)	(631)	(3)	(520)	(1.194)
Juros	40	631	3	520	1.194
Saldo em 31 de dezembro de 2019	765	20.435	274	4.654	26.128
Adições	111	27.997	464	5.452	34.024
Baixas	(202)	(14.626)	(328)	(2.507)	(17.663)
Pagamento	(182)	(20.221)	(165)	(3.826)	(24.394)
Juros pagos	(213)	(3.192)	(89)	(585)	(4.079)
Juros	213	3.192	89	585	4.079
Variação cambial	-	4.792	-	-	4.792
Saldo em 31 de dezembro de 2020	492	18.377	245	3.773	22.887
Circulante					15.241
Não circulante					7.646

Controladora	Consolidado
31/12/2020	31/12/2020

#### Valores a pagar de arrendamento

Em até 1 ano	5.995	15.241
De 2 a 3 anos	4.457	6.810
De 3 a 4 anos	490	684
De 4 a 5 anos	99	99
Mais de 5 anos	53	53
<b>Total</b>	<b>11.094</b>	<b>22.887</b>

Passivo circulante	5.995	15.241
Passivo não circulante	5.099	7.646

Outras informações

<u>Prazo dos contratos</u>	<u>Taxa% a.a.</u>
Em até 1 ano	8,51
De 2 a 3 anos	10,18
De 3 a 4 anos	10,64
De 4 a 5 anos	12,49
Mais de 5 anos	12,49

Os valores de arrendamentos estão vinculados a índices de reajuste conforme abaixo:

<u>Índice de reajuste</u>	<u>Anos para o vencimento</u>	<u>Índice projetado - (a)</u>	<u>Controladora 31/12/2020</u>	<u>Consolidado 31/12/2020</u>
IPCA/IBGE	1	-1,95%	460	5.955
IPCA/IBGE	2	-0,74%	8.542	9.420
IPCA/FGV	1	-1,95%	26	720
IGPM-FGV	2	-0,74%	-	817
IGPM-FGV	3	0,15%	1.453	1.453
IPC-FIPE	1	-1,95%	-	311
IPC-FIPE	2	-0,74%	-	424
IPCA - Transportes/IBGE	1	-1,95%	-	246
Sem Índice contratual	1 a 10		613	3.540
			<u>11.094</u>	<u>22.887</u>

a) Conforme contratos futuros divulgados pela B3.

## 24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerente às suas operações. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, ambientais, responsabilidade civil e outros.

<u>Modalidades</u>	<u>Moeda</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
(*)	(*)	(*)
Riscos ambientais	US\$	6.050
Danos materiais	US\$	55.793
Responsabilidade civil	US\$	3.000
D&O Empresarial	R\$	15.000

(\*) Conforme apólices de seguros.

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve atividades única e exclusivamente de extração de Petróleo e Gás Natural (E&P), seja na prestação de serviços, seja na venda de produtos, que representa 100% da receita líquida da Companhia.

As informações reportadas a Administração da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração da Companhia avalia investimentos, gastos, produção, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do grupo.

## 26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas. Não houve transações que não afetaram caixa no exercício de 2018.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16	-	36.013	-	16.436
Adições por novos contratos	22.026	1.819	34.024	17.418
Dividendos cancelados	12.894	-	-	-
Dividendos a receber não pagos	-	4.404	-	-
Dividendos propostos não pagos	-	14.355	-	14.355
Adição de imobilizado pela constituição de provisão de abandono de poços	-	-	6.624	18.069
Total	<u>34.920</u>	<u>56.591</u>	<u>40.648</u>	<u>66.278</u>

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

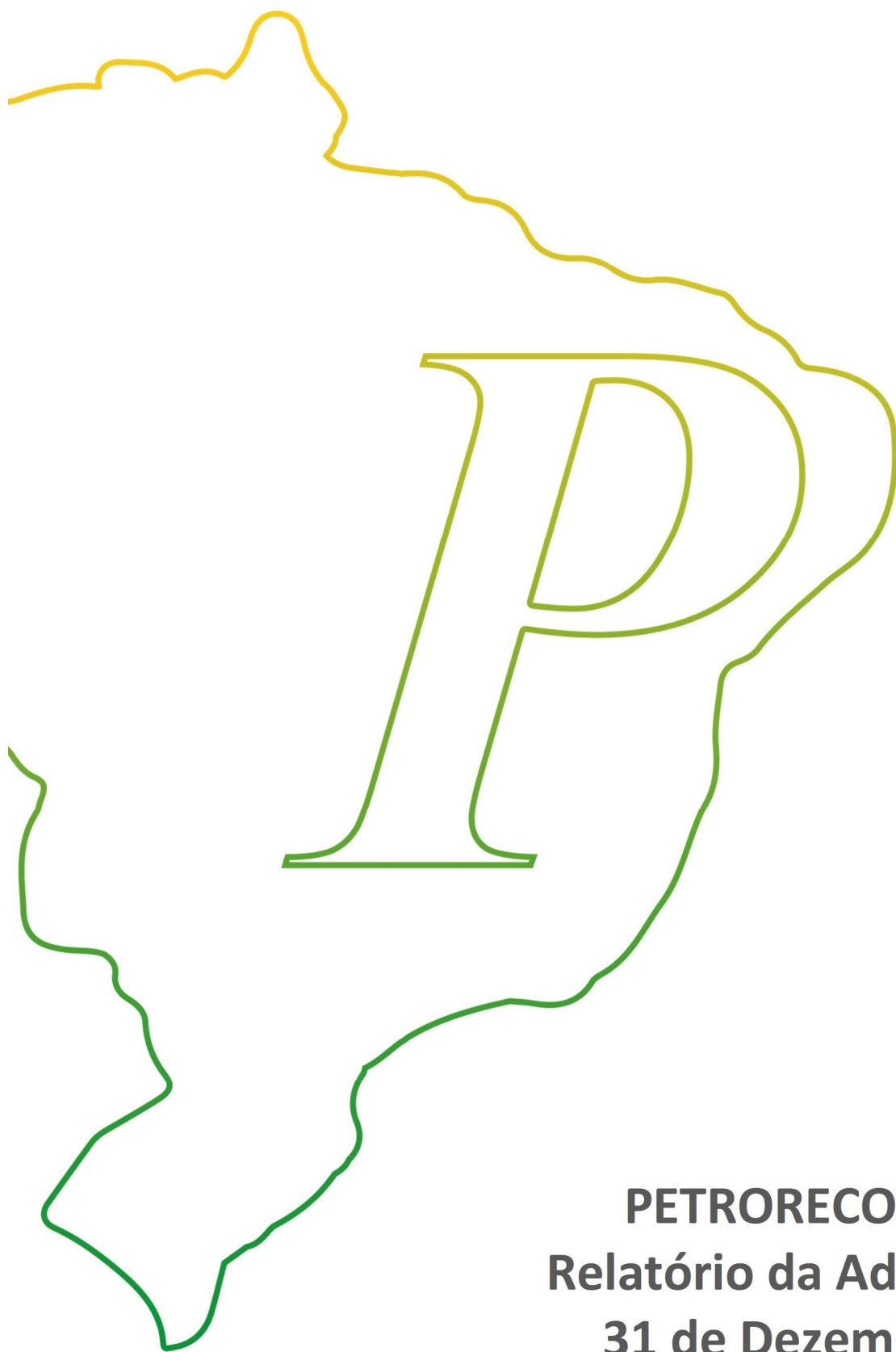
Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga, subsidiária da PetroReconcavo, firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (onshore) Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuipe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana que constituem o Polo Miranga, na bacia Recôncavo, na Bahia, estando a aquisição sujeita ao cumprimento de condições precedentes, em especial a aprovação da ANP, do CADE e órgãos ambientais, conforme aplicável.

O valor da aquisição é de até US\$220,1 milhões, sendo: (i) US\$11,0 milhões já foram pagos no dia da assinatura, em 24 de fevereiro de 2021, com recursos captados através de financiamento bancário no mesmo valor do adiantamento pago; (ii) US\$44,0 milhões serão pagos na data de fechamento da transação, sem ajuste de preço; (iii) US\$20,0 milhões que serão pagos em doze meses após o fechamento da transação; (iv) US\$20,0 milhões que serão pagos em vinte e quatro meses após o fechamento da transação; (v) US\$40,1 milhões que serão pagos em trinta e seis meses após o fechamento da transação; e (vi) até US\$85,0 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados a diferentes faixas possíveis do preço de referência do óleo (Brent) no período entre os anos calendários de 2022, 2023 e 2024.

Em 24 de fevereiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia efetuaram determinadas deliberações, dentre as quais destacamos:

- Retificação do valor da remuneração global paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia em 2020 para R\$11.235, ante o valor de R\$10.000 que constou na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de junho de 2020.

- Aprovação da conversão da totalidade das 949.005 (novecentas e quarenta e nove mil e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia em igual número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial convertida.
  - Aprovação do aumento do capital autorizado, de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para R\$2.750.000.000,00 (dois bilhões e setecentos e cinquenta milhões de reais).
  - Aprovação da abertura de capital da Companhia e autorização da submissão, pela Companhia, do pedido de registro de companhia aberta, como emissor categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480/2009, incluindo a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia no Brasil e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior, bem como adesão ao Novo Mercado da B3 para a negociação de suas ações.
-



**PETRORECONCAVO S.A.**  
**Relatório da Administração**  
**31 de Dezembro de 2020**

## 1. Mensagem da Administração

O ano de 2020 marcou o primeiro ano completo das operações dos campos do “Polo Riacho da Forquilha”, primeira transação concluída envolvendo campos terrestres em bacias maduras do plano de desinvestimento da Petrobras. O Polo, situado no estado do Rio Grande do Norte, é composto por 34 concessões, das quais 30 são 100% de propriedade da Potiguar E&P e por ela operadas, dois em parceria com a Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda e dois com a Partex Brasil Ltda. Como consequência dessa transação, a Companhia vivenciou uma mudança de patamar nas suas operações, com crescimento expressivo da sua produção, receita operacional e EBITDA.

Em 23 de dezembro de 2020, firmamos contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres que já operamos na Bacia do Recôncavo. Esta aquisição está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como autorizações regulatórias do CADE, da ANP, de órgãos ambientais, dentre outras.

Com a pandemia do Covid-19, o ano de 2020 nos trouxe desafios adicionais. Respeitando o decreto 10.282, de 20 de março de 2020, que classificou a “produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo” como “atividade essencial”, as atividades operacionais foram mantidas. Porém, ajustamos as nossas operações, postergando investimentos, reduzindo custos fixos e, sobretudo, tomamos medidas buscando proteger os nossos colaboradores.

Não podemos deixar de agradecer o empenho e a entrega de cada um de nossos colaboradores, que trabalharam de forma incansável e cuidadosa para que, mesmo com todas as adversidades, atingíssemos resultados de altíssimo nível.

Dando continuidade à essa trajetória de sucesso, no início de 2021, no dia 24 de fevereiro, a Companhia, através da subsidiária SPE Miranga, firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres de Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuipe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana que constituem o Polo Miranga, na bacia do Recôncavo, na Bahia, estando a aquisição sujeita ao cumprimento de condições precedentes, em especial a aprovação da ANP e do CADE, conforme aplicável.

## 2. Covid-19

Como é amplamente conhecido, a pandemia relacionada ao vírus COVID -19 vem gerando mudanças nos mercados mundiais e também brasileiros. Como consequência dos impactos econômicos da pandemia, a taxa de dólar se valorizou em relação à data base do relatório de 31 de dezembro de 2019 em 29%. A taxa de câmbio comercial passou de R\$4,03 em 31 de dezembro de 2019 para aproximadamente R\$5,20. Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e avaliando os possíveis impactos que podem ser gerados nas suas operações. Entretanto, suas operações vinculadas em dólar possuem um “hedge” natural, devido ao fato do produto de suas vendas e prestações de serviços serem majoritariamente baseados também em dólar.



A Companhia constituiu um comitê específico para gestão da crise de saúde e seus impactos nas suas operações e vem monitorando atentamente tais impactos em seu negócio e nas comunidades onde atua. Com isso a Companhia adotou as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde e pela sua área médica, para proteção aos colaboradores. Abaixo estão algumas das medidas adotadas:

- (i) Respeitando o decreto 10.282, de 20 de março de 2020, que classificou a “produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo” como “atividade essencial”, as atividades operacionais foram mantidas.
- (ii) Recomendação para colaboradores e contratados não essenciais para a operação trabalharem remotamente.
- (iii) Espaçamento das pessoas nos ambientes de trabalho.
- (iv) Suspensão temporárias de viagens não essenciais, visitas, treinamentos presenciais e deslocamentos.
- (v) Divulgação, através da intranet e de cartilhas, de orientações sobre medidas e cuidados a serem adotados por todos os colaboradores.
- (vi) Realização de testes de infecção periódicos.
- (vii) Monitoramento dos colaboradores para identificação de sintomas e imediato afastamento.
- (viii) Preparação de instalações para operação em regime de confinamento, caso necessário.

Em linha com seu valor fundamental, segurança, a Companhia passou a operar seus ativos com as equipes mínimas necessárias. Além disso, a Companhia adotou uma série de medidas para preservação do caixa a fim de manter a sua solidez financeira e a resiliência dos seus negócios, dentre as quais destacamos:

- (i) Redução dos custos fixos.
- (ii) Otimizações do capital de giro com postergação de investimentos.
- (iii) Adicionalmente, em março de 2020, devido a divergências entre grandes produtores mundiais de petróleo, além da decorrência da redução da demanda e conseqüente aumento dos estoques, o preço do petróleo tipo “brent” teve uma queda substancial nos mercados internacionais, caindo de patamares de US\$65/bbl para US\$20/bbl. A partir de maio de 2020, os preços passaram a se recuperar e estão sendo negociados, aproximadamente, entre US\$50/bbl e US\$55/bbl. Essa queda durante o ano afetou as atividades da Companhia, sobretudo gerando a postergação de projetos de investimento. Como a Companhia adota política de “hedge” para os preços de petróleo, essa oscilação foi fortemente mitigada e os impactos na geração de caixa foram minimizados.

A Companhia revisou sua projeção para as receitas e dos fluxos de caixa operacionais e não verificou a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável no ativo imobilizado, tributos diferidos e contas a receber. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a atual estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e nos fluxos de caixa operacionais projetados poderá ser revisada de acordo com novos eventos relacionados a esta pandemia.

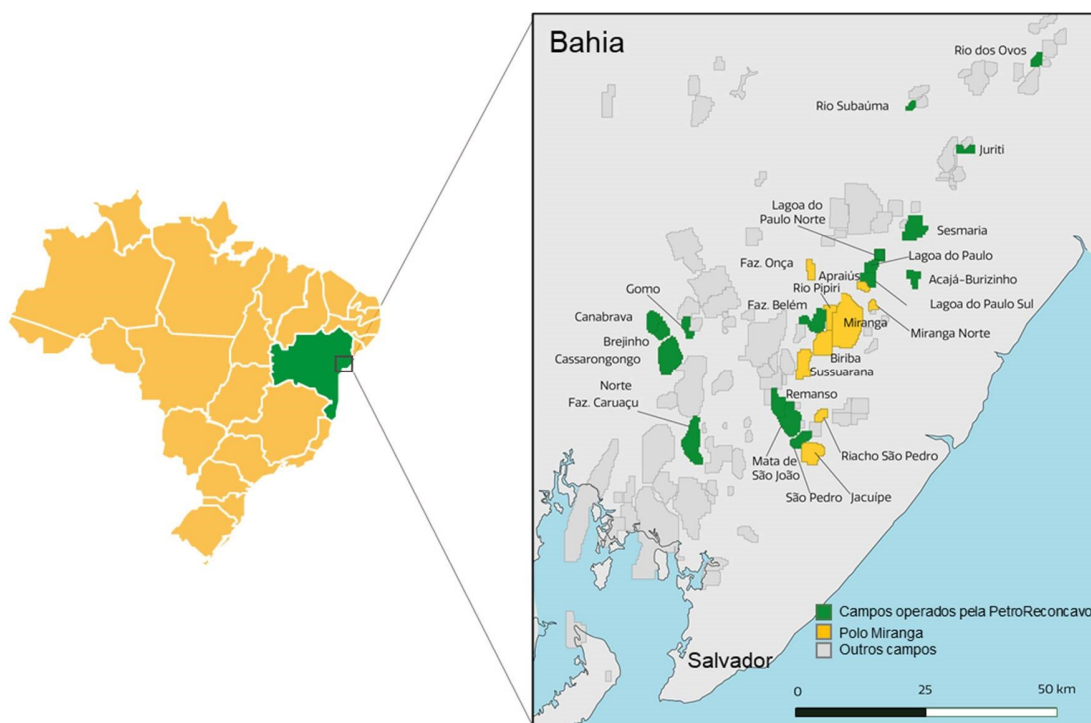
### 3. Portifólio de Ativos

#### Ativos de produção de óleo e gás operados ou onde a Companhia detém interesses econômicos

Em dezembro de 2020, operávamos, éramos concessionários ou estávamos em processos de aquisição dos seguintes ativos produtores de Óleo e Gás:

#### Distrito Recôncavo:

O mapa abaixo representa a localização da Bacia do Recôncavo, com ênfase nos Campos Operados pela PetroRecôncavo.



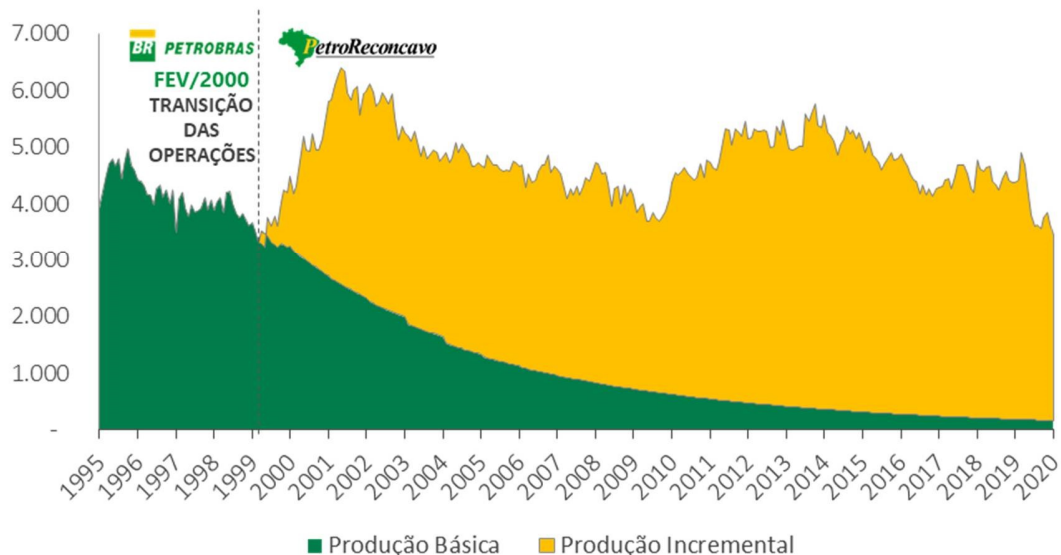
Em 23 de dezembro de 2020, firmamos contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres (onshore) de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria, que constituem o Polo Remanso, na bacia do Recôncavo, estado da Bahia. O valor da aquisição é de US\$30,0

milhões. Desse montante: (i) US\$4,0 milhões, equivalentes a R\$20,6 milhões, foram pagos no dia da assinatura, em 23 de dezembro de 2020; (ii) US\$21,0 milhões serão devidos e pagos no fechamento da transação, abatidos da geração de caixa do ativo e demais condições de ajuste de preço, a serem apresentados pela Petrobras, desde julho de 2020 até a data de fechamento; e (iii) US\$5,0 milhões serão pagos em doze meses após o fechamento da transação, cuja expectativa é que ocorra ao longo de 2021. Esta aquisição está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como autorizações regulatórias do CADE, da ANP, de órgãos ambientais, dentre outras.

Operamos os campos deste Polo através de Contrato de Produção com Cláusula de Risco (CPCR) firmado com a Petrobras, concessionária dos mesmos, desde 1º de fevereiro de 2000. Assim, este Contrato, que tem validade até agosto de 2025, deverá ser extinto na data do “closing” da transação de compra do Polo Remanso, quando esses campos passarão a ser operados como concessões próprias. As concessões deste polo são da chamada “rodada zero” que atualmente se encerram em agosto de 2025, podendo ser estendido o prazo das mesmas por até 27 anos adicionais, mediante solicitação específica junto a ANP e submissão de um Plano de Desenvolvimento, estando esta extensão sujeita à aprovação da agência reguladora.

Desde a celebração do CPCR com a Petrobras em 2000, aumentamos com sucesso a Produção Incremental bruta nos 12 campos de concessão da Petrobras, conforme demonstra o gráfico abaixo. Em dezembro de 2020 tal Produção Incremental representava 3.403 boe por dia, ou 95,5% da nossa produção diária média bruta de 3.565 boed.

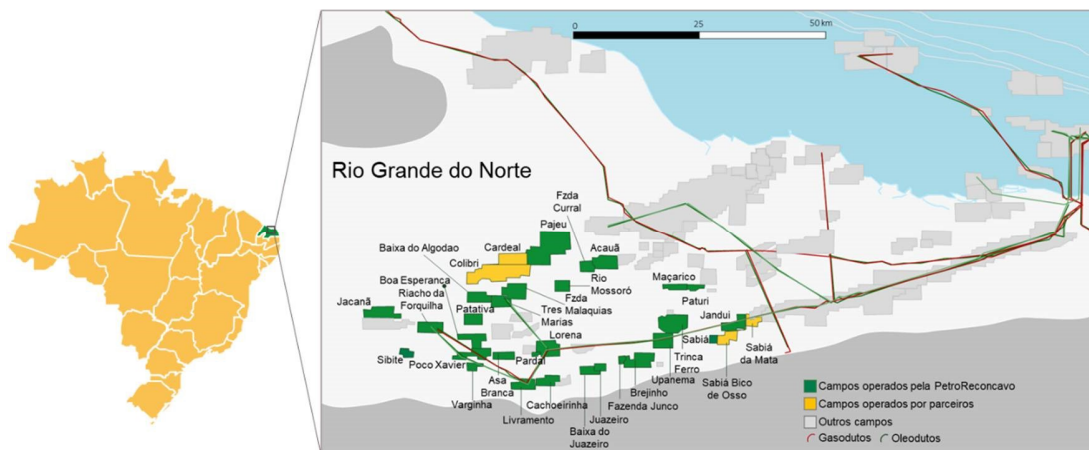
**Distrito Recôncavo – Campos Operados pela PetroReconcavo**  
**Produção Bruta (boed)**



## Distrito Potiguar

Em 9 de dezembro de 2019, a PetroReconcavo, através da subsidiária Potiguar E&P, concretizou a aquisição da participação da Petrobras nos campos do Polo Riacho da Forquilha, primeira transação concluída envolvendo campos terrestres em bacias maduras do plano de desinvestimento da Petrobras. O Polo, situado no estado do Rio Grande do Norte, é composto por 34 concessões, das quais 30 são 100% de propriedade da Potiguar E&P e por ela operadas, 2 em parceria com a Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda e 2 com a Partex Brasli Ltda.

O mapa abaixo representa a localização da Bacia do Potiguar, com ênfase nos Campos Operados pela PetroReconcavo através de sua subsidiária Potiguar E&P.



Nos primeiros 12 meses de operação nós obtivemos um incremento de cerca de 40% nos volumes de produção em BOPD, não apenas validando a sua estratégia de desenvolvimento e modelo de negócios, como também comprovando a sua escalabilidade, e aplicabilidade de forma rápida em novos ativos por ela adquiridos.

Dos 34 contratos de concessão atuais, 22 se encerram em 2025 e os demais 12 entre 2032 e 2039, todos com a possibilidade de prorrogação por 27 anos adicionais, conforme previsto nos próprios contratos de concessão com a ANP. A Potiguar E&P já submeteu à ANP a solicitação de extensão e os novos planos de desenvolvimento, inclusive com a proposta de redução de royalties sobre a produção incremental, para 11 Campos da rodada zero e aguarda o pronunciamento da Agência Reguladora.

## Polo Miranga:

Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga, subsidiária da PetroReconcavo, firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (onshore) de Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuibe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana que constituem o Polo Miranga, na bacia do Recôncavo, na Bahia, estando a aquisição sujeita ao cumprimento de condições precedentes, em especial a aprovação da ANP e do CADE, conforme aplicável.

O valor da aquisição é de até US\$220,1 milhões, sendo: (i) US\$11,0 milhões já foram pagos no dia da assinatura, em 24 de fevereiro de 2021; (ii) US\$44,0 milhões serão pagos na data de fechamento da transação, sem ajuste de preço; (iii) US\$20,0 milhões que serão pagos em doze meses após o fechamento da transação; (iv) US\$20,0 milhões que serão pagos em vinte e quatro meses após o fechamento da transação; (v) US\$40,1 milhões que serão pagos em trinta e seis meses após o fechamento da transação; e (vi) até US\$85,0 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados a diferentes faixas possíveis do preço de referência do óleo (Brent) no período entre os anos calendários de 2022, 2023 e 2024.

A produção média do Polo Miranga de em 2020 foi de aproximadamente 899 barris de óleo por dia (bopd) e 377 mil m<sup>3</sup> de gás por dia. Assim como nos demais polos, há possibilidade de extensão dos prazos das concessões, que atualmente se encerram em 2025, por 27 anos adicionais, o que será solicitado por meio de protocolo de um plano de desenvolvimento perante a ANP e estará sujeito à aprovação da agência reguladora.

## 4. Desempenho Financeiro e Operacional

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
	(em milhares de R\$, ressalvadas as indicações em contrário)		
Receita líquida	787.841	339.923	299.668
Lucro líquido (Prejuízo líquido)	(81.759)	63.682	72.949
Margem líquida(1)	-10,38%	18,73%	24,34%
EBITDA(2)	474.405	155.857	151.892
Margem de EBITDA(3)	60,22%	45,85%	50,69%
Dívida Bruta(4)	894.040	744.019	5.491
Dívida Líquida (Caixa Líquido)(5)	728.168	677.572	(17.813)
Dívida Líquida/ EBITDA(6)	1,53 x	4,35 x	-0,12 x
Produção média bruta (boe por dia)	11.148	5.083	4.645
Custo médio de produção por boe em R\$(7)	R\$ 54,20	R\$ 83,39	R\$ 73,21
Custo médio de produção por boe em US\$(8)	US\$ 10,50	US\$ 21,11	US\$ 20,06
Produção bruta (boe)	4.080.152	1.855.414	1.695.443
Preço médio à vista do Petróleo Brent (9)	US\$41,96	US\$64,30	US\$71,34
Taxa média de câmbio R\$/US\$ média (10)	R\$ 5,16	R\$ 3,95	R\$ 3,65

(1) Margem líquida corresponde ao lucro líquido/(prejuízo líquido) do exercício dividido pela receita líquida do exercício.

(2) Calculamos o EBITDA em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527") e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado (acrescido) pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e por depreciação, amortização e depleção ("EBITDA"). O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") não são auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, e não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional da Companhia e, portanto, não são substitutos do fluxo de caixa, de indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

(3) Margem de EBITDA corresponde ao EBITDA do exercício dividido pela receita líquida do exercício. A Margem de EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro conforme as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e tampouco deve ser considerado isoladamente, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez ou como indicador de retornos financeiros.

(4) Representa a soma dos saldos de empréstimos e financiamentos presentes no passivo circulante e não circulante.

(5) Representa a dívida bruta, menos os saldos de caixa e equivalentes e aplicações financeiras presentes no ativo circulante e não circulante.

(6) Representa o saldo da dívida líquida no fim do exercício dividida pelo EBITDA do exercício. A Dívida líquida/(Caixa líquido) não é medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") não é auditada ou revisada pelos auditores independentes da Companhia. A Dívida líquida/(Caixa líquido) não possui significado padronizado, outras empresas podem calcular de maneira diferente da Companhia.

(7) Representa os custos totais dos serviços prestados e de vendas, excluindo-se os royalties a depreciação, a amortização e a depleção, dividido pela produção bruta total em boe no exercício.

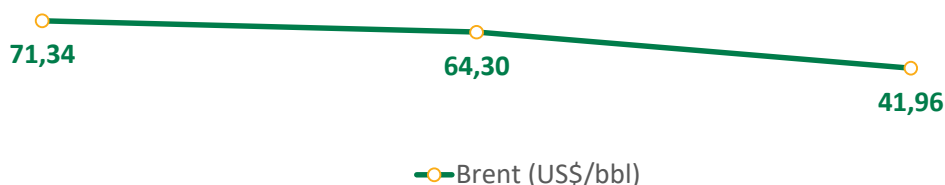
(8) Representa os custos totais dos serviços prestados e de vendas, excluindo-se os royalties a depreciação, a amortização e a depleção, dividido pela produção bruta total em boe no exercício, dividido pela taxa de câmbio média do exercício.

(9) O Brent é cotado em dólar. Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA)

(10) A taxa de câmbio média do exercício corresponde à média das taxas de câmbio em cada dia útil nos exercícios apresentados, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

No ano de 2020, a Companhia teve um crescimento de 131,8% na sua Receita Líquida. Esse crescimento reflete o primeiro ano completo das 34 concessões adquiridas pela sua controlada Potiguar E&P, cuja transação foi concluída em 9 de dezembro de 2019. Com isso, a produção média do ano dos campos da Companhia passou de 5.083 BOED no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para 11.148 BOED em 2020, sendo que 7.001 BOED foram produzidos pelos campos do Polo Potiguar. Essa produção contempla toda a produção bruta dos Campos da Companhia, incluindo a oriunda de alguns poços dos campos de Fazenda Belém e Gomo que não são operados pela Companhia sob a égide do CPR e que foram adquiridos no âmbito da aquisição do Polo Remanso.

O preço médio do petróleo tipo Brent ficou em US\$41,96/bbl no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma queda de 34,7% em relação ao preço médio do exercício de 2019, que foi de US\$64,30/bbl.



Essa queda no preço do Brent foi reflexo, principalmente, da crise econômica decorrente da pandemia do Covid-19. O impacto da queda no preço do barril de petróleo foi parcialmente amenizado pelos contratos de hedge que a Companhia manteve durante o ano de 2020. Os contratos liquidados durante o exercício de 2020 geraram um resultado positivo para a Companhia de R\$196.995 mil.

A tabela a seguir descreve os contratos a termo de commodity em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como as informações relacionadas aos seus correspondentes itens objeto de hedge. Os contratos a termo de commodity estão apresentados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" no balanço patrimonial:

Instrumentos de hedge contratos em aberto	Consolidado		
	Preço médio do exercício 31/12/2020	Quantidade 31/12/2020	Valor contábil dos Instrumentos de hedge 31/12/2020
	US\$/barril	Em barris	R\$ mil
Menos de 3 meses	59,31	497.600	22.304
De 3 a 6 meses	58,86	504.240	17.300
De 6 a 12 meses	58,03	1.069.910	40.902
De 1 a 2 anos	54,66	1.943.477	48.998
De 2 a 3 anos	47,62	1.075.100	(10.308)

A Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$81.759 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um lucro líquido de R\$63.682 mil no mesmo período de 2019. O resultado de 2020 foi impactado por uma variação cambial negativa de R\$232.806 mil no saldo de empréstimo em dólar mantido pela sua controlada Potiguar E&P. O dólar médio do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$5,16, enquanto que no mesmo período de 2019 foi de R\$3,95.

O saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 era de R\$894.040 mil, sendo que R\$891.307 mil se referem a empréstimo em moeda estrangeira da sua controlada Potiguar E&P, correspondente a US\$178.286 mil.

O EBITDA do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$474.405 mil, fazendo com que o indicador de Dívida Líquida sobre EBITDA para a data-base de 31 de dezembro de 2020 ficasse em 1,53x.

O EBITDA em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$155.857 mil. O crescimento do EBITDA no exercício de 2020 reflete não só o crescimento das operações da Companhia, mas também uma maior eficiência operacional, e ações de redução de custo tomadas como reflexo da pandemia da Covid-19. O custo operacional por BOE foi de US\$10,50 no exercício de 2020, enquanto que em 2019 esse custo foi de US\$21,11 por BOE.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 532 colaboradores diretos, 315 deles localizados no Estado da Bahia e 217 no Estado do Rio Grande do Norte. A tabela abaixo demonstra a quantidade de colaboradores da Companhia nos últimos três anos:

Localidade	Quantidade de colaboradores diretos		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Bahia	315	340	307
Rio Grande do Norte	217	144	-
<b>Total</b>	<b>532</b>	<b>484</b>	<b>307</b>

## 5. Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade

Ao longo de 2020 continuamos aprimorando nosso Sistema de Gestão de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade (SG-SSMS), estruturado com base nas Normas ISO 45001:2018 (Segurança, Saúde no Trabalho) e ISO 14001:2015 (Meio Ambiente), o qual estabelece diretrizes e procedimentos gerais relativos a Gestão Ambiental de modo que o processo produtivo seja desenvolvido de forma sustentável e com cuidados com o meio ambiente. A Companhia identifica e analisa os riscos que podem resultar em incidentes por meio da utilização de ferramentas reconhecidas e com resultados devidamente documentados, com o propósito de estabelecer ações para controlar e reduzir incidentes que comprometam a segurança operacional, ocupacional e impactos ao meio ambiente.

A Companhia reforça o seu compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável, assegurando a condução íntegra, ética, transparente e responsável de seus negócios, identificando e mitigando riscos, aprimorando a gestão de processos e competências em todos os níveis, incluindo o controle operacional e atendimento a emergências e no foco na prevenção da poluição e de incidentes. A Companhia está comprometida com o desenvolvimento sustentável local, proporcionando benefícios econômicos, sociais e ambientais para todas as partes interessadas nas regiões em que atua.

### Projeto Social Ciranda Viva

Nossa atuação social é focada na infância e juventude, com ações em arte, educação, esportes e música. A Companhia iniciou, em 2014, em parceria com a AVSI Brasil, o CIRANDA VIVA RECÔNCAVO, um projeto social que atua junto às comunidades de Pedras, Flechas e Veadinho, localizadas no município de Catu-BA, com o objetivo de auxiliar as comunidades a se desenvolverem de forma sustentável, resgatando e valorizando sua cultura e identidade.

No CIRANDA EDUCATIVA, promovemos os valores da educação ambiental e segurança alimentar de crianças de 4 a 6 anos, que participam de atividades de cultivo de horta, oficinas de leitura e também de mutirões para avaliação nutricional, envolvendo pais e responsáveis.

O CIRANDA ESPORTIVA incentiva a prática de esportes como ferramenta para o desenvolvimento. Crianças e adolescentes participam de aulas de futsal, handebol, voleibol e basquete, além de brincadeiras e jogos colaborativos. O projeto, que foi iniciado em 2017 e conta também com o apoio da Ferbasa, beneficia atualmente cerca de 100 jovens entre 7 e 17 anos, alunos de escolas públicas da região.





## 6. Conjuntura do Setor

O Covid-19 impactou o mercado global de petróleo de forma relevante, causando uma forte redução na demanda e nos preços dessa commodity. A partir do segundo semestre de 2020, com a melhora dos efeitos da Covid-19 na economia mundial, os níveis de preços do óleo e gás iniciaram uma recuperação ajudadas também pelo equilíbrio do mercado de petróleo a partir da dinâmica entre a OPEP e outros grandes exportadores. Para 2021, a International Energy Agency espera uma recuperação acentuada da demanda global.

No Brasil, observou-se uma redução de investimentos em campos maduros onshore e offshore pela Petrobras, principal player deste mercado no país, para alocação de recursos nos campos do pré-sal. Tal situação, o avanço do programa de desinvestimento da Petrobras e o fato de que o Governo Federal ter implementado uma série de medidas destinadas a incentivar produção em campos maduros de petróleo e gás, oferecem oportunidades para empresas como a PetroRecôncavo investirem em campos maduros onshore. O governo também implementou medidas como redução dos requisitos de conteúdo local e royalties, e permissão de empréstimos com base em reservas.

Como estratégia para priorizar investimentos em áreas do pré-sal e alguns outros projetos de grande porte, há alguns anos a Petrobras vem trabalhando em um grande programa de desinvestimento de ativos que contempla a venda de posições minoritárias, majoritárias ou participação total em certas subsidiárias e ativos não centrais para sua estratégia. Na apresentação de suas metas para 2021 a 2025, a Petrobras cita mais de 50 ativos à venda, incluindo ativos em E&P, midstream, downstream (refinarias e outros) e gás e energia.

Considerando a produção total de óleo e gás do país em dezembro de 2020, de acordo com os dados de produção retirados do Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural (edição nº 124 - dez/2020), a Petrobras é a maior produtora, com uma produção de 2,5 milhões de barris equivalentes (excluindo-se a produção dos Polos Remanso e Miranga), seguida pela Shell Brasil com uma produção de 447,4 mil barris equivalentes por dia.

Considerando a produção dos ativos de propriedade da PetroRecôncavo e suas subsidiárias, bem como os ativos já assinados (incluindo: (a) a produção das operadoras Potiguar E&P S.A. e Recôncavo E&P S.A.; (b) a produção do Polo Remanso, incluindo 47,73% da produção do poço BSU-14, unitizado com a concessão Gomo, e; (c) Produção do Polo Miranga, a PetroRecôncavo se situava como o 11º maior concessionário na produção de petróleo equivalente no Brasil, com uma produção de cerca de 14,9 mil barris equivalentes por dia.

## 7. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) foi contratada para a prestação dos seguintes serviços:

Auditoria das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e procedimentos adicionais, de acordo com a nossa responsabilidade como auditor independente; para o acompanhamento, leitura e revisão da forma dos eventuais documentos preparados pela Companhia, incluindo o Formulário de referência, para a utilização no processo de obtenção do registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em conformidade com a instrução CVM no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), verificar a consistência das informações contábeis e financeiras em relação às demonstrações financeiras da Companhia, auditadas pela Deloitte.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.